



Universidade Federal do Pará
Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária –Embrapa Amazônia Oriental
Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas
Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável

Jaqueline Raquel Cardoso Mesquita

Conflitos socioambientais e resistência camponesa: estudo do efeito da utilização da hidrovia Tapajós-Amazonas em uma comunidade ribeirinha do estuário amazônico.

Belém
2020

Jaqueline Raquel Cardoso Mesquita

Conflitos socioambientais e resistência camponesa: estudo do efeito da utilização da hidrovia Tapajós-Amazonas em uma comunidade ribeirinha do estuário amazônico.

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Universidade Federal do Pará, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental.

Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.

Orientadora: Profa.Dra. Livia de Freitas Navegantes Alves.

**Belém
2020**

Jaqueline Raquel Cardoso Mesquita

Conflitos socioambientais e resistência camponesa: estudo do efeito da utilização da hidrovia Tapajós-Amazonas em uma comunidade ribeirinha do estuário amazônico.

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Universidade Federal do Pará, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental.
Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.

Data de aprovação: 06 / 08 / 2019.

Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente



LÍVIA DE FREITAS NAVEGANTES ALVES
Data: 30/04/2026 19:32:38-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.ª Dra. Lívia de Freitas Navegantes Alves (Orientadora)
(INEAF/UFPa)



Documento assinado digitalmente

MAURÍCIO GONSALVES TORRES
Data: 06/03/2026 15:47:55-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Maurício Gonsalves Torres (Examinador interno)
(INEAF/UFPa)

Documento assinado digitalmente



FABIANO DE OLIVEIRA BRINGEL
Data: 27/02/2026 12:19:16-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Fabiano de Oliveira Bringel (Examinador externo)
(DFCS/UEPA)

Prof.ª Dra. AngelaMay Steward (Examinadora suplente)
(INEAF/UFPa)

In memoriam de Maria Vilma Pinto Cardoso e Maria da Graça de Freitas Navegantes, mulheres que nos inspiram, contribuíram para nos tornarmos quem somos, nossas amadas mães. Um dia estaremos todas reunidas sendo para sempre quem Deus sonhou!

AGRADECIMENTOS

À Deus, por todo Seu cuidado. Tua Graça me basta Senhor!

Aos meus pais, Maria Vilma (*in memoriam*) e Luiz Mesquita, que são a motivação para nunca desistir de meus sonhos. Aos meus irmãos, Antonio Brício, Thiago Felipe e Moara, pelo amor, amizade e companheirismo em minha vida. Aos meus sobrinhos, Ana Clara e João Vitor.

À família que Deus me deu, Silvio (meu pai), Adriana (minha madrastra), Nicole (minha irmã), Estelita (minha avó) e Diva (minha tia), que vieram para somar na reta final de minha caminhada neste curso, e para acrescentar alegria aos meus dias, por toda minha vida.

Aos meus avós, Linda e Tucura (*in memoriam*) por toda ancestralidade campesina que corre em minhas veias, aqui representando todos meus familiares que torcem e se alegram com cada conquista minha.

Aos meus amigos, ah meus amados amigos, vocês podem imaginar como foram fundamentais suas orações, amor, carinho, força, para que eu chegasse até aqui. Minha existência tem muito mais sentido porque também a compartilho com cada um de vocês.

A minha orientadora e amiga, Profa. Dra. Livia de Freitas Navegantes Alves, que com sua admirável bondade, sempre me trouxe momentos de muita paz. Que com sua ternura, nunca iniciou uma orientação sem antes me fazer a pergunta: “Como tu estás Jaque?”, e então me escutar falar sobre minha vida, minhas preocupações, minhas alegrias e tudo mais quanto existisse dentro de mim. Obrigada por me proporcionar o prazer de trabalhar com esta temática, desafiadora para nós duas, e que hoje me torna muito mais consciente de minha importância enquanto pesquisadora, diante do cenário devastador pelos quais passam os povos e comunidades tradicionais na Amazônia.

A todos os professores do curso de Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável por compartilhar conosco suas reflexões e conhecimentos. Por todo carinho e apoio que recebi dos professores e técnicos do instituto em solidariedade a situação por mim vivenciada durante o curso.

Aos amigos da turma MAFDS (2017) que fizeram desse mestrado, uma doce etapa da minha vida, me provando que todos nós, em qualquer situação que nos encontremos, somos capazes de minimizar a dor do outro. Não vou aqui citar seus nomes, mas saibam, que a cada um de vocês eu transmito de todo meu coração, o meu muito obrigada.

Aos membros do grupo Açaí & Ciapor todo apoio e incentivo para construção deste trabalho. Para além disso, saibam de suas importâncias como amigos que sempre tiveram palavras de fé e amor nos momentos em que mais precisei.

Aos amigos geógrafos que refletiram comigo sobre os conceitos acionados para a pesquisa, me enviaram textos e despertaram em mim o interesse no conhecimento desse mundo de possibilidades, Adriane, Elly, Maria, Carol, Ingridy, Dérick, Artur e Vitor.

Em especial, aos ribeirinhos e ribeirinhas da ilha do Capim, que me receberam em suas casas, aqui representados pelo casal tio Manoel (*in memoriam*) e tia Tereza (*in memoriam*), que tive o privilégio de entrevistar e refletir com suas narrações sobre o cotidiano da vida ribeirinha. Esse ano vocês partiram, mas deixaram seus ensinamentos de luta não só aqueles que permanecem na ilha do Capim, mas a todos quantos ouvirem falar de suas histórias.

A minha família do Capim, seu Armínio, dona Deusa, Dadberto, Dayvsson e Hueliton, porque mais do que me hospedar, me permitiram fazer parte de sua família, me amaram como tal, e não mediram esforços para me ajudar a realizar esse trabalho.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por concessão de bolsa durante a realização deste curso.

RESUMO

O avanço do agronegócio na Amazônia brasileira traz consigo uma série de conflitos socioambientais para os povos e comunidades tradicionais que habitam os espaços pleiteados pelo grande capital para implantação dos seus projetos. Para estudar os conflitos socioambientais decorrentes da utilização do furo do Capim como parte da hidrovia Tapajós-Amazonas, foi necessário identificarmos quais as mudanças ocorridas na ilha do Capim e descrever de que forma ocorre a espacialização das narrativas dos ribeirinhos sobre a percepção dessas transformações, que compõe o primeiro artigo deste trabalho. Para isso realizamos entrevistas históricas, aplicação de questionários, observação participante e oficinas para análise de conflitos socioambientais. No segundo artigo focamos em analisar de que forma as transformações estão relacionadas com a desterritorialização dos ribeirinhos, partindo de um estudo que discorre sobre a territorialização do agronegócio e as mudanças ocasionadas nas práticas produtivas e alimentares das famílias. Para isso foi necessário realizarmos entrevistas históricas, questionários, observação participante e croqui de acesso aos alimentos das famílias ribeirinhas. No terceiro e último artigo buscamos pautar as ações do agronegócio na ilha do Capim e seus arredores e contextualizar o histórico da resistência das famílias frente à apropriação e uso do seu território. Para isso realizamos entrevistas históricas, observação participante e oficina para análise de conflitos socioambientais. Constatamos que as narrativas dos ribeirinhos sobre a percepção dos conflitos socioambientais vivenciados, estão ligadas tanto a elementos individuais como a elementos coletivos. Essas diferenças são resultantes das diversas territorialidades desse mesmo grupo social, sendo todas elas usadas a favor da territorialização e reivindicação desse território. Verificamos também que ocorreram mudanças nas práticas produtivas e alimentares dos ribeirinhos, após a utilização do furo do Capim como parte da hidrovia, e que essas mudanças são percebidas como negativas por eles. Ainda identificamos que as ações do agronegócio são articuladas de forma a desterritorializar os ribeirinhos, que por sua vez se articulam com instituições que os apoiam e promovem iniciativas que afirmam o direito de permanência em seus territórios.

Palavras-chave: Ilha do Capim. Agronegócio. Hidrovia Tapajós-Amazonas. Conflitos Socioambientais.

ABSTRACT

The advance of the agribusiness in the Brazilian Amazon brings with it a series of socio-environmental conflicts to the people and traditional communities who live in spaces claimed by the great capital to the implementation of your projects. In order to study the socio-environmental conflicts due to the utilization of Furo do Capim as part of the Tapajós-Amazonas waterway, it was necessary to identify what changes occurred on Ilha do Capim and describe in what way occurs the spatialization of the riversides' narratives about the perception of these changes, which composes the first article of this work. For this took place historical interviews, questionnaires application, participant observation and workshops for analyzing of socio-environmental conflicts. The second article is focused on analyzing how transformations are related with the riversides' deterritorialization, starting from a study that discusses the territorialization of agribusiness and the changes caused in productive and food practices of the families. For that, it was necessary to carry out historical interviews, questionnaires, participant observation and sketch of access to the riverside families' food. In the third and last article it is discussed the action of agribusiness on Ilha do Capim and its surroundings and contextualize the history of families' resistance against the appropriation and use of their territory. For this it was carried out historical interviews, participant observation and workshop to analyze social-environmental conflicts. It was found that the narratives of riversides on the perception of socio-environmental conflicts experienced, are both related to individual and collective elements. These differences are the result of the different territorialities of the same social group, being all of them used in favor of territorialization and claim of this territory. It was also verified that changes occurred in the productive and food practices of the riversides, after the utilization of Furo do Capim as part of the waterway, and that these changes are perceived as negatives by them. Still was verified that agribusiness actions are articulated in a way to deterritorialize the riversides, who in turn articulate themselves with institutions that support them and promote initiatives that assert their right to remain in their territories.

Keywords: Ilha do Capim; Agribusiness; Tapajós-Amazonas waterway; Socio-environmental conflicts.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

ARTIGO 1

FIGURA 1: Mapa de localização da ilha do Capim, Abaetetuba/PA	37
FIGURA 2: Setores da ilha do Capim onde foram realizadas oficinas integrantes da metodologia da pesquisa de campo.....	39
QUADRO 1: Resultado das oficinas para análise de conflitos socioambientais realizada na ilha do Capim, Abaetetuba/PA	43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	50

ARTIGO 2

FIGURA 1: Mapa de localização da ilha do Capim, Abaetetuba/PA	55
QUADRO 1: Relação dos pesqueiros que desapareceram no furo do Capim depois de 2014	58
GRÁFICO 1: Dados da coleta de camarão nas safras 2013 (antes) e 2018 (hoje)	59
GRÁFICO 2: Ocorrência de enfermidades em ribeirinhos da ilha do Capim, relacionadas com a má qualidade da água, em 2017	64
FIGURA 2: Croqui de acesso aos alimentos elaborado por uma família de ribeirinhos na ilha do Capim, Abaetetuba/PA	65
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	68

ARTIGO 3

FIGURA 1: Mapa de localização da ilha do Capim, Abaetetuba/PA.....	73
QUADRO 1: Resultado da metodologia empregada para classificação dos sujeitos envolvidos no conflito socioambiental na ilha do Capim, Abaetetuba/PA	77
FIGURA 2: A) Imagem panorâmica do escopo do projeto do Terminal Flúvio Marítimo, projeto do Terminal Flúvio Marítimo, projetado para ser implantado na ilha do Capim, Abaetetuba/PA e B) Imagem frontal do escopo do projeto do Terminal Flúvio Marítimo	79
FIGURA 3: Diagrama de Venn das instituições parceiras dos ribeirinhos da ilha do Capim, Abaetetuba/PA, face aos conflitos da implantação do Arco Norte	81
FIGURA 4: Linha do tempo do processo de resistência dos ribeirinhos da ilha do Capim, Abaetetuba/PA, face a implantação do Arco Norte	84

FIGURA 5: A) Grito das águas acontecendo e a balsa da soja passando no exato momento e B)
Participantes com cartazes

ACS –	Agente Comunitário de Saúde
ALBRAS –	Alumínio Brasileiro S.A.
ALUNORTE –	Alumina do Norte S.A.
CEB –	Comunidade Eclesial de Base
CF –	Constituição Federal
CPT –	Comissão Pastoral de Terra
DHAA –	Direito Humano a Alimentação Adequada
DOU -	Diário Oficial da União
EC –	Emenda Constitucional
EIA –	Estudo de Impacto Ambiental
ETC –	Estação de Transbordo de Cargas
IEV –	Instituto Evandro Chagas
INCRA –	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IRCC –	Imerys Rio Capim Caulim
MORIVA –	Movimento dos Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas de Várzea de Abaetetuba
MPE –	Ministério Público Estadual
MPF –	Ministério Público Federal
OIT –	Organização Internacional do Trabalho
PAE –	Projeto de Assentamento Agroextrativista
PAN –	Projeto Arco Norte
PGC –	Programa Grande Carajás
PPSA –	Pará Pigmentos S.A.
RIMA –	Relatório de Impacto Ambiental
SEMAS –	Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade
SOME –	Sistema de Organização Modular de Ensino
TFM –	Terminal Flúvio Marítimo

TUP –	Terminal de Uso Privado
UEPA –	Universidade do Estado do Pará
UF –	Unidade Familiar
UFPA –	Universidade Federal do Pará
UFRA –	Universidade Federal Rural da Amazônia

SUMÁRIO

<u>1. INTRODUÇÃO GERAL</u>	16
<u>2. PROBLEMÁTICA E PERGUNTA DE PARTIDA</u>	20
<u>3. OBJETIVOS</u>	23
3.1 OBJETIVO GERAL	23
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	23
<u>4. REFERENCIAL TEÓRICO</u>	24
4.1 GRANDES PROJETOS NA AMAZONIA	24
4.2 RIBEIRINHOS NA AMAZONIA E RESISTENCIA CAMPONESA	25
4.3 CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS	28
4.4 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE	30
<u>5. APRESENTAÇÃO DOS ARTIGOS</u>	38
<u>6. ARTIGO I - “CADA UM VÊ DE UM JEITO”: AS NARRATIVAS DOS RIBEIRINHOS DO ESTUÁRIO AMAZÔNICO ATINGIDOS PELA HIDROVIA TAPAJÓS-AMAZONAS.</u>	39
6.2 RESUMO	39
6.3 INTRODUÇÃO	39
6.4 METODOLOGIA	41
6.4.1 Área de estudo	41
6.4.2 Coleta e tratamento de dados	41
6.5 CONHECENDO OS GRUPOS SOCIAIS ENVOLVIDOS	43
6.5.1 A ilha do Capim e os ribeirinhos	43
6.5.2 Os grandes empreendimentos e o agronegócio na região	45
6.6 AS NARRATIVAS NOS SETORES E SUA ESPECIALIZAÇÃO	46
6.7 CONCLUSÕES	52
<u>7. ARTIGO II – O AGRONEGÓCIO COMO AMEAÇA À AFIRMAÇÃO DO TERRITÓRIO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: ESTUDO DE CASO NA ILHA DO CAPIM, ABAETETUBA/PA.</u>	56
7.2 RESUMO	56
7.3 INTRODUÇÃO	56
7.4 METODOLOGIA	58
7.4.1 Área de estudo	58
7.4.2 Coleta e tratamento de dados	59
7.5 PRÁTICAS PRODUTIVAS E ALIMENTARES NA ILHA DO CAPIM E AS TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS	61
7.6 SOB A ÁGUA E NA ÁGUA: ELEMENTO VITAL	67
7.7 AMEAÇA À AFIRMAÇÃO DO TERRITÓRIO	68
7.8 CONCLUSÕES	70

<u>8. ARTIGO III – TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO NO ESTUÁRIO AMAZONICO E RESISTENCIA CAMPONESA: ESTUDO DE CASO NA ILHA DO CAPIM, ABAETETUBA/PA.</u>	75
<u>8.2 RESUMO</u>	75
<u>8.3 INTRODUÇÃO</u>	75
<u>8.4 METODOLOGIA</u>	76
<u>8.4.1 Área de estudo</u>	76
<u>8.4.2 Coleta e tratamento de dados</u>	77
<u>8.5 TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO EM TERRAS E ÁGUAS RIBEIRINHAS</u>	78
<u>8.6 A PERCEPÇÃO DOS RIBEIRINHOS SOBRE AS ESTRATÉGIAS DO AGRONEGÓCIO</u>	80
<u>8.7 O PROCESSO DE RESISTENCIA DOS RIBEIRINHOS</u>	84
<u>8.8 CONCLUSÕES</u>	88
<u>9. CONSIDERAÇÕES FINAIS</u>	93
APÊNDICE A.....	91
APÊNDICE B.....	92
APÊNDICE B.....	98

1.INTRODUÇÃO GERAL

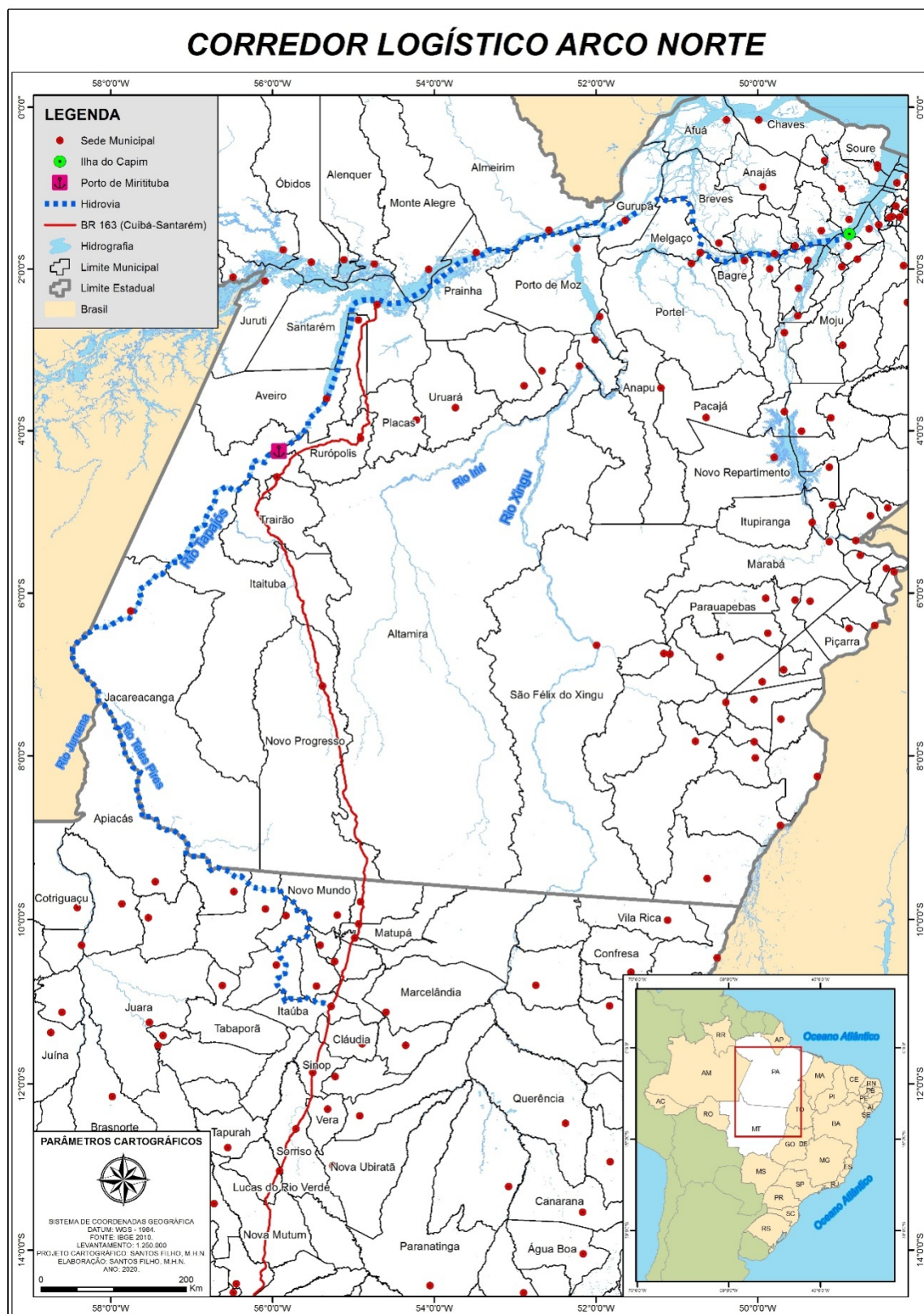
O presente projeto de dissertação surge da demanda de ribeirinhos da ilha do Capim, localizada no município de Abaetetuba/PA e suas organizações, quanto ao apoio da Universidade Federal do Pará (UFPA) para fundamentar denúncias e propor reparações à população daquela ilha, assim como da ilha vizinha, ilha Xingu, diante da utilização da hidrovia Tapajós-Amazonas. Essa demanda foi previamente levantada pela inserção de professores e estudantes vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Agricultras Amazônicas em comunidades ribeirinhas do estuário amazônico, por meio de uma série de projetos de pesquisa e de dissertações de mestrado.

Desde o ano de 2014 uma nova via de escoamento para os grãos produzidos no estado de Mato Grosso começou a ser utilizada. A primeira empresa a fazer esse novo percurso foi a Bunge¹ que nesse mesmo ano inaugurou o porto de exportação em Vila do Conde, no município de Barcarena/PA.

Os grãos saem de Mato Grosso em carretas até o distrito de Miritituba, no município de Itaituba/PA, onde a empresa possui uma Estação de Transbordo de Cargas (ETC), passando para barcas que navegam o Tapajós até o porto em Barcarena, seguindo então em navios graneleiros rumo à exportação, como demonstra a figura 1 (FEARNSIDE, 2016).

¹ Empresa Multinacional processadora de soja que possui portos nos seguintes estados brasileiros: Pará, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.

Figura1: Corredor logístico Arco Norte.



Fonte: Filho, M. H. N.(2020).

Hoje não só a Bunge faz esse trajeto, mas também, empresas como Bertolini, Cargill e Amaggi, que são *trains* processadoras de *commodities* no país, e almejam em alguns anos percorrer todo caminho desde Mato Grosso até Barcarena pela hidrovia.

Dentro das principais causas de transtornos decorrentes da utilização da hidrovia, os ribeirinhos apontam a diminuição do pescado como um fator de grande preocupação. Essa diminuição ocorre devido o estacionamento das balsas cargueiras nos lugares chamados de pesqueiros, onde os cardumes ficam concentrados, facilitando a pesca artesanal. O pescado compõe a principal fonte de proteína da alimentação cotidiana desta população, e ainda uma grande representatividade na obtenção de renda, através da sua comercialização. Assim, pressupõe-se que a soberania alimentar dos ribeirinhos da ilha do Capim se encontra ameaçada.

A mobilização dos ribeirinhos da ilha do Capim para enfrentamento dos efeitos da utilização da hidrovia Tapajós-Amazonas iniciou-se em 2015, onde foi elaborada e protocolada, através da associação da ilha, denúncia ao Ministério Público Federal (MPF), sabendo-se depois que não foi aceita sob alegação de inconsistência das argumentações. Em abril de 2017, foi encaminhada ao MPF nova denúncia, dessa vez pelas associações da ilha do Capim e ilha Xingu, e tendo o apoio de professores da UFPA, do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, para embasamento da argumentação, tendo sido aceita.

Em maio de 2017, diante de inúmeras denúncias de associações de ribeirinhos da região, o MPF realizou, com o apoio da UFPA e outras entidades, como Museu Paraense Emílio Goeldi, Instituto Peabiru, Universidade do Estado do Pará (UEPA), Instituto Evandro Chagas (IEC), Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), o Seminário “Poluição, acidentes e multiplicidade de conflitos no eixo Barcarena e Abaetetuba”, envolvendo cerca de 250 pessoas, entre elas, representantes dos movimentos ribeirinhos, instituições de ensino e pesquisa, secretarias municipais e estaduais de transporte e meio ambiente e empresas de transporte de grãos.

Portanto, a construção do processo de mobilização, por parte dos ribeirinhos, de um movimento que garanta seus direitos de permanecer e de tirar seu sustento do seu território é dinâmico, visto que a cada momento novas empresas chegam à região para implantar seus projetos. Nesse processo de construção insere-se este projeto de pesquisa, que busca compreender os conflitos socioambientais existentes a partir da utilização da

hidrovia pelas empresas transportadoras de grãos e também quais as formas de resistência que surgem nesta comunidade.

Se faz necessário assumirmos a imparcialidade deste trabalho, não só por um posicionamento político, mas porque prezamos a honestidade científica, deixando claro ao leitor que optamos em analisar o conflito pelo olhar do grupo subalternizado, no caso, os ribeirinhos da ilha do Capim, a fim de que os resultados obtidos na pesquisa, possam se tornar instrumento de luta, que some a tantos outros que são construídos por eles próprios.

Neste trabalho trataremos conflito socioambiental de acordo com a definição de Acseelrad (2004), segundo o qual ocorrem quando são envolvidos grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significado do território. Dessa forma, pelo menos um dos grupos irá sofrer ameaças quanto às formas sociais de apropriação do meio em que vivem. As ameaças geralmente acontecem em decorrências das práticas de outros grupos, e envolvem impactos indesejáveis como, por exemplo, poluição do solo, da água, do ar ou ameaça aos sistemas vivos.

Essa acepção teórica é expressa de forma empírica na ilha do Capim, em Abaetetuba/PA, onde intercorre conflito socioambiental na medida em que as empresas transportadoras de grãos utilizam o furo do Capim como parte da hidrovia, tendo como único foco a utilidade econômica do rio, enquanto trajeto de escoamento de produtos do agronegócio, destinados à exportação. Já os ribeirinhos utilizam o rio para reprodução do seu modo de vida, uma vez que a relação com o mesmo é inerente a sua identidade, representa a obtenção de alimento e renda, possibilita a locomoção, a comunicação e faz parte de um amplo universo simbólico.

Segundo Vargas (2007) os bens naturais podem ser usados de diversas formas pelos diferentes grupos sociais. A água, por exemplo, muito mais do que elemento material, se torna um elemento vital ao modo de vida ribeirinho.

A problemática socioambiental, enquanto campo de pesquisa, requer a integração entre diversas áreas do conhecimento, fazendo com que a interdisciplinaridade se torne indispensável. “A interdisciplinaridade ganha força mediante uma demanda advinda da própria realidade, do próprio objeto de pesquisa” (FERNANDES e SAMPAIO, 2008). Essa demanda nos foi colocada pelos moradores da ilha do Capim, que vem denunciando os desrespeitos das empresas transportadoras de grãos às leis de proteção

ambiental, em busca de respaldos, inclusive acadêmicos. Assim, a complexidade da problemática enfocada nos desafia a rupturas disciplinares, sem podermos, em um único estudo, aprofundar questões relativas a uma área específica do conhecimento. Esse desafio é ainda maior diante da realidade, histórico e exigências da formação universitária, a qual somos submetidos, e que pleiteia a fragmentação disciplinar.

2. PROBLEMÁTICA E PERGUNTA DE PARTIDA

Os atuais modelos agrícolas produtivistas emergentes na Amazônia estão pautados principalmente na produção em larga escala e no alto uso de insumos químicos. Esses sistemas produtivos causam inquietude por conta do rumo que tem levado a exploração das riquezas naturais, das vastas áreas desmatadas e das intervenções nocivas à conservação dos agroecossistemas.

As estratégias governamentais e empresariais voltadas para a Amazônia brasileira sempre demonstraram que havia o interesse pela exploração dos bens naturais da região (CASTRO, 2012). E essa exploração trouxe consigo um arcabouço de projetos de infraestrutura como aberturas de estradas, construção de ferrovias e de hidrelétricas.

Estudos como o de Correa e Ramos (2010) demonstram que há cada vez mais investimentos em estratégias de escoamento da produção de soja do Centro-Oeste, com finalidade de redução de custos através da intermodalidade de modais de transporte. O transporte fluvial é a alternativa ideal para o transporte de grãos, visto que consome menos combustível quando comparado, por exemplo, com o transporte ferroviário (COSTA, 2008). A hidrovía Tapajós-Amazonas se demonstra como um exemplo de expansão das vias de escoamento, sendo utilizada para transporte da produção de *commodities* oriundas de Mato Grosso.

O avanço dos grandes projetos de “desenvolvimento” pensados para Amazônia, em contraposição aos movimentos internacionais de conservação ambiental, trouxeram para o cenário nacional e internacional o debate sobre a temática ambiental. Para Lopes (2004, p. 17) ocorre uma incorporação nos discursos e nas práticas sociais da dimensão ambiental denominada de “ambientalização dos conflitos sociais”. Acselrad (2010) discute que os diferentes grupos de atores sociais buscam caracterizar suas práticas como “ambientalmente benignas ou danosas”, ocorrendo a ambientalização de seus discursos.

Nas duas últimas décadas do século XX, a discussão sobre os problemas ambientais tem mobilizado entidades em nível global, e não só da sociedade civil organizada, mas de

vários outros setores como meios de comunicação e órgãos governamentais. À medida em que se ampliou e aprofundou o debate em torno da problemática ambiental, os conflitos se tornaram mais perceptíveis aos olhos da sociedade como um todo e a busca de soluções, mais exigentes quanto às especificidades de cada região (ALONSO e COSTA, 2000).

Little (2001, p. 107) caracteriza os conflitos socioambientais como “disputas entre grupos sociais derivadas dos distintos tipos de relação que mantêm com seu meio natural”. Segundo o autor, os conflitos podem ter várias dimensões, sendo então necessário, conhecer os atores sociais envolvidos para sua compreensão. Em alguns casos, os conflitos podem se dar em torno do controle dos meios naturais, em outros, em torno dos impactos sociais e/ou ambientais que o uso ou a exploração desses meios podem causar, ou ainda em torno dos valores e modos de vida, que levam a diferentes concepções sobre o uso da natureza.

A definição de conflitos socioambientais proposta por Acseirad (2004) também compreende as diferentes percepções sobre uso e significação do território pelos diferentes grupos sociais:

[...] aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçadas por impactos indesejáveis [...] decorrentes do exercício das práticas de outros grupos (ACSEIRAD, 2004, p.26).

As formas descritas por Little (2001) e Acseirad (2004) para conceituação de conflito socioambiental trazem um elemento essencial ao debate proposto nesta pesquisa: diferentes formas sociais de apropriação do meio natural, visto que de um lado existem as empresas transportadoras de grãos e do outro os ribeirinhos da ilha do Capim, cada qual com sua percepção sobre este meio natural.

As diferentes formas de apropriação do meio natural emergem a partir da concepção de territorialidade que cada grupo social possui, dessa forma Raffestin (1993) considera que a territorialidade está para além da integração que o homem possui com seu território, quando essa relação irá ser mediadora das relações do homem com outros homens. Assim, a territorialidade seria “um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaco-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema” (p. 160).

O processo de transformação do espaço geográfico revela como a expansão do agronegócio na Amazônia, principalmente com a produção de *commodities* como a soja,

milho e dendê, está relacionada com os novos conteúdos e significações que os territórios recebem por quem neles habita (Becker, 2003).

A transformação do espaço geográfico e os novos conteúdos e significações do território colocado por Becker (2003), assim como o conceito de territorialidade proposto por Raffestin (1993), são elementos que podem ser pautados no estudo da ilha do Capim, onde o rio, que antes era principalmente utilizado pelos povos locais (de diversos modos), hoje também faz parte da logística de escoamento de *commodities* agrícolas.

Portanto, as disputas pelo território envolvendo a ilha do Capim têm de um lado as grandes empresas exportadoras de grãos, algumas delas constituindo-se de conglomerados agroindustriais de abrangência e capital internacional, como é o caso da Bunge, de outro lado, encontram-se comunidades tradicionais do estuário amazônico, os ribeirinhos. Castro (1997) define os ribeirinhos como referências enquanto comunidades tradicionais na Amazônia pelas concepções que construíram sobre a natureza, destacando sua relação com a água.

A relação que o ribeirinho possui com a água e o rio também foi descrita por Pojo, Elias e Vilhena (2014) onde, “das observações do cotidiano dos ribeirinhos quanto às relações estabelecidas entre estes e as águas, é evidente que os rios são territórios (lugares, espaços e tempos) habitados e em constante movimento demarcados pelos significantes e significados dados a eles por seus habitantes”.

Vinha e Schiavinatto (2015) afirmam que a luta pela soberania alimentar “possibilitou aos movimentos camponeses a expansão do seu escopo reivindicatório”, visto que este conceito trata de aspectos para além da garantia de alimentos saudáveis, abordando também os assuntos relacionados a exploração da natureza. Sendo assim a luta pela soberania alimentar permite às comunidades camponesas a construção de afirmações sobre seus territórios.

A partir desse prisma pode-se entender a necessidade dos ribeirinhos em criar mecanismos de resistência contra o avanço do agronegócio na região das ilhas de Abaetetuba/PA. Segundo Gonçalves (2005), na busca pela afirmação de territorialidades e identidades territoriais, os movimentos sociais surgem na Amazônia como “movimentos de r-existência”:

(...) que não só lutam para resistir contra os que exploram, dominam e estigmatizam, mas também por uma determinada forma de existência, um determinado modo de vida e de produção, por diferenciados modos de sentir, agir e pensar. (GONÇALVES, 2005, p.130)

Fabrini (2007) ressalta que é importante reconhecer a capacidade de resistência camponesa no modo de vida e prática social, tendo como base ações localizadas e assentadas no território, e não somente as formas de resistência a partir de movimentos sociais.

Diante do contexto e da problemática anteriormente expostos, parte-se do seguinte questionamento: como os conflitos decorrentes da utilização da hidrovia Tapajós-Amazonas têm se manifestado em termos de transformações no território dos ribeirinhos da ilha do Capim e como esses sujeitos têm construído mecanismos de resistência às mudanças indesejadas?

3. OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Analisar os conflitos socioambientais que surgiram a partir da utilização do Furo do Capim como parte da hidrovia Tapajós-Amazonas e contextualizar o histórico dos mecanismos de resistência na ilha do Capim em Abaetetuba/PA.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- I. Identificar quais as transformações ocorridas na ilha do Capim a partir da implantação e uso da hidrovia Tapajós-Amazonas e descrever de que forma ocorre a espacialização das narrativas dos ribeirinhos sobre a percepção dessas transformações;
- II. Analisar de que forma a utilização da hidrovia Tapajós-Amazonas está relacionada com a desterritorialização dos ribeirinhos;
- III. Contextualizar o histórico da resistência da população da ilha do Capim frente à apropriação e uso do seu território.

4. REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta sessão apresenta-se o quadro teórico que sustenta a discussão do tema aqui proposto, sendo evidenciado a partir dos principais teóricos, os sujeitos sociais investigados, as relações que eles mantêm entre si e com o meio ambiente, e as formas de resistência que os ribeirinhos constroem.

4.1 GRANDES PROJETOS NA AMAZONIA

Trata-se aqui da Amazônia delimitada e denominada de Amazônia Legal, conforme a lei nº 1.806 de 06/01/1953, a qual é composta pelos estados do: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Roraima, Rondônia e Tocantins, e parte do Maranhão. Sua extensão é de 5.217.423 km², correspondendo a 61% do território nacional (MARTHA JUNIOR, CONTINI & NAVARRO, 2011, p. 5). Utiliza-se o termo Amazônia brasileira para fazer referência aos estados que a compõe no âmbito nacional.

Para Leal (1991, p. 1), os grandes períodos históricos que marcam o processo de exploração da Amazônia pelos agentes externos são quatro: 1) Exploratório (século XVI); 2) Colonial (1616-1822); 3) Vinculação ao capitalismo (século XIX em diante); e, 4) Atualidade. Segundo o autor, a fase exploratória diz respeito às primeiras expedições desbravadoras. Na fase colonial (liderada por Portugal) houve o reconhecimento do potencial produtivo da área. Na terceira fase predomina-se a acumulação do capital, através da exploração das riquezas naturais como a borracha. Na quarta fase ressalta-se o conjunto de empreendimentos instalados para favorecimento da renovação do capital.

Até o ano de 1950, a Amazônia era conhecida como “Inferno Verde”, pois era predominantemente constituída por floresta tidas por inadequada à ocupação humana e aos investimentos capitalizados. Essa concepção mudou quando os meios naturais foram vistos com enorme potencial para comercialização (REIS & SOUSA, 2014).

A partir de então a região Amazônica passou a receber investimentos do Estado, que teria controle efetivo de sua estruturação, para receber os ditos “projetos de desenvolvimento”. Sousa (2009), ao refletir sobre essa questão, afirma:

A Amazônia, a partir da década de 1960, passou a figurar no cenário nacional como região de excelentes oportunidades e investimentos. A

racionalidade imposta pelo capital através de suas distintas formas de organização fez com que a fronteira incorporasse novas características, novas formas e conteúdos. A Amazônia, nesse sentido, passou a configurar-se como espaço privilegiado para atuação ampliada do capital. (SOUSA, 2009, p. 75)

As ações que o Estado efetiva para reestruturação regional da Amazônia são analisadas por Becker (1982) através das estratégias de ocupação e povoamento, a saber: a) processos de colonização; b) redirecionamento de fluxos migratórios; c) formação de um mercado de trabalho regional; d) urbanização.

Fearnside (2006), ao tratar sobre o desmatamento da Amazônia brasileira, já apontava que o avanço nas plantações de soja apresentava uma grande ameaça a região, visto que a produção de *commodities* incentiva o investimento em infraestrutura, como hidrovias, ferrovias e rodovias, e traz consequências severas como o “efeito de arrasto”, que é a implantação de outras atividades como pecuária e exploração madeireira, acelerada por meio de toda infraestrutura já construída.

Todo esse modelo de desenvolvimento que foi pensado para Amazônia, tendo como base os “grandes empreendimentos agropecuário-mineral-energético exportadores” não beneficiou as comunidades tradicionais. Para resistir a esse modelo, os ribeirinhos buscam caminhos alternativos, que os garantam o direito de produzir e assegurem seu modo de vida (REIS, 2015 p. 63).

4.2 RIBEIRINHOS NA AMAZONIA E RESISTENCIA CAMPONESA

Para Mendras (1976 *apud* WANDERLEY, 1996), as sociedades camponesas apresentam cinco traços característicos: autonomia relativa em relação à sociedade global; importância estrutural dos grupos domésticos; sistema econômico de autarquia relativa; uma sociedade de interconhecimento e; função decisiva dos mediadores entre a sociedade local e a sociedade global.

Entre os camponeses amazônicos encontram-se os ribeirinhos, onde Santos (2014, p. 40) ressalta-os como “sujeitos sociais ligados fortemente à hidrografia amazônica”, dando destaque para seu papel na ocupação desse espaço territorial brasileiro. A hidrografia se configura como principal espaço de vivência e convivência das comunidades ribeirinhas, sendo diversas as relações estabelecidas com rios, lagos, córregos, igarapés e outros canais hidrográficos.

Guarim (2000) define os ribeirinhos como grupos pertencentes a comunidades tradicionais, que se encontram instalados às margens dos rios, e por isso desenvolvem um modo particular de interagir com o meio ambiente. Essa interação pode ser percebida através de diversos aspectos ligados ao seu cotidiano como, conservação do solo, da água, fauna e flora.

Cruz (2008, p. 55) enfatiza que a constituição da identidade ribeirinha envolve muitos outros aspectos além da localização às margens dos rios, afirmando que “os processos, as relações sócio espaciais e histórico-culturais que engendram um sentido e um sentimento de pertencimento”.

Nesse mesmo sentido, Ferreira (2013) afirma que para os ribeirinhos o rio vai muito além de um referencial de localização:

[...] o rio é mais que um referencial de localização, pois se trata do elemento no qual e pelo qual se desenvolve a vida e o gênero de vida dos ribeirinhos em sua dimensão cotidiana. É por intermédio da relação com o rio e seus recursos que o ribeirinho produz o seu espaço, sua geografia. (FERREIRA, 2013, p. 52)

Assim, também, Lopes (2011) acrescenta que não é apenas o fato de morar na beira do rio que caracteriza o ribeirinho amazônico, mas sua forma de interagir com os elementos das águas e da floresta e os conhecimentos e representações específicas relacionadas ao ambiente em que vivem. Nesse sentido, Lopes defende que “é também um jeito de pensar e agir” que determina o serribeirinho.

Nascimento (2015) acrescenta que o rio possui uma dimensão simbólica e cultural para vida do ribeirinho, e que sua relação com esse elemento é de cumplicidade, não sendo uma “mera designação geográfica”.

Segundo Harris (2006, p. 81), as características essenciais dos ribeirinhos são sua flexibilidade e resiliência, isto é, a facilidade de adaptação e resistência, sendo “modernos em sua renovação constante do passado no presente”, o que reflete na capacidade de reproduzir seu modo de vida em meio às mudanças ocorridas.

Outro autor que traz a característica da adaptação da população ribeirinha é Cruz (2006, p. 187).

(...) a identidade ribeirinha não é uma essência, não é uma substância, nem é naturalmente construída, ela é, sim, uma construção histórica social que tem seu conteúdo redefinido e ressignificado pelas mudanças na história, é verdade, mas em sua essência não deixou de ser um produto de uma longa duração resultante do processo de adaptação das populações ribeirinhas na relação com a natureza.

A preservação dos meios naturais é colocada por Reis (2015) como “uma característica marcante no modo de vida das populações ribeirinhas”, principalmente pela necessidade de adaptação ao ecossistema de várzea (p. 65 e 66). Na ilha do Capim isso pode ser observado pelo fato de que são criadas estratégias em busca da preservação do meio ambiente, exemplo disso, é a criação da reserva ecológica² no ano de 2012 pelos comunitários.

Almeida (2010) ressalta que o campesinato do Baixo Tocantins tem em sua trajetória, um caráter combativo marcado por dois momentos históricos que destacam a luta em busca da emancipação: a Cabanagem, revolução ocorrida no século XIX, e o movimento de resistência conhecido como Anilzinho, nos anos de 1970, quando o país ainda vivia no regime da ditadura militar.

Segundo Diegues (2001), as comunidades tiveram a continuidade do seu modo de vida ameaçada, pois foram excluídas das áreas que habitavam ou ainda, foram impedidas de realizar as atividades que garantiam sua reprodução social. Ainda segundo o autor as resistências dessas comunidades são fruto da reorganização da sociedade civil brasileira por meio dos seguintes elementos: 1) os movimentos sociais; 2) o ressurgimento de um sindicalismo rural ativo; 3) a emergência e proliferação de ONG, no âmbito nacional e internacional; 4) o reconhecimento, em âmbito internacional, da importância dessas comunidades para a conservação ambiental (p. 123).

Fabrini (2006) relata que os movimentos sociais se constituíram como paradigmas de luta camponesa, através de ações de dimensões nacionais e internacionais. Porém a capacidade de resistência não deve ser vista somente por esse viés:

(...) por outro lado, é importante reconhecer capacidade de resistência camponesa não exclusivamente pelos movimentos. O modo de vida e a prática social camponesa apontam para uma resistência que não está circunscrita a enfrentamentos amplos e estruturais, mas também a ações localizadas espacialmente. Por isso, a dimensão territorial camponesa é importante para reconhecer tais formas de resistência. (FABRINI, 2006)

No trabalho realizado por Hébette (2004), podemos obter a descrição do movimento de resistência dos posseiros no Sudeste Paraense, face ao Programa Grande Carajás. Sendo evidenciado que, em favor dos posseiros, estavam a união que eles tinham como grupo social, o conhecimento do território por eles reivindicado e a habilidade em conseguir se organizar mesmo em meio a privação de seus recursos.

² Área de floresta em terra firme localizada na região central da ilha, com aproximadamente 180 ha, onde encontram-se diversas espécies madeireiras e não madeireiras, animais de caça, tendo regimento próprio do qual descreve Azevedo (2018). A reserva foi oficialmente legitimada no ano de 2013 (DOU, 2014).

Almeida (2003, p 356), ao trabalhar em sua tese o processo de recriação camponesa no Estado do Mato Grosso do Sul, ressalta que os camponeses não lutam e nem entendem a luta a partir de um mesmo formato, e isso não anula sua identidade enquanto classe social.

A luta pelo direito ao território é simultaneamente uma luta pela redistribuição e pelo reconhecimento, pois o acesso ao território significa, do ponto de vista material, o direito aos meios de produção para esses grupos sociais, o direito à terra, à água, aos meios naturais que permitem um modo de produzir e de viver próprio. Ao mesmo tempo, o direito ao território é o direito a uma cultura, a um modo de vida, a uma identidade própria, expressa num conjunto de práticas e representações sociais que forma o núcleo simbólico que diferencia esses grupos sociais do conjunto da sociedade (FRASER, 2002).

4.3 CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

Segundo Vargas (2007), a temática tratada nesse item é de grande relevância, pois está relacionada ao futuro das nossas sociedades, pela utilização dos meios naturais e das mudanças que essa utilização traz aos sistemas ecológicos. Ainda segundo a autora, as causas dos conflitos socioambientais podem ser variadas e se dão de acordo com as concepções dos sujeitos envolvidos, que apresentam características como: diferenças de conhecimento e de informação; diferenças de recurso e de poder; diferenças nos aspectos culturais.

A partir da década de 1970, as nações começaram a estruturar seus órgãos ambientais e estabelecer suas legislações para conter a degradação da natureza e minimizar os efeitos climáticos que já vinham sendo percebidos, sendo essa década marcada pela “crise ambiental” (KRUGER, 2001).

A partir da estruturação do modelo de desenvolvimento sustentável, passou-se a refletir mais sobre os conflitos envolvendo os meios naturais, sendo necessário definir teoricamente essa tipologia de conflito, assim “passou a ser imperativo conhecer, delimitar, analisar e avaliar os conflitos socioambientais” (BRITO *et al.*, 2012).

Ainda para os autores acima citados a complexidade dos conflitos socioambientais aumenta quando se percebe que os atores sociais envolvidos têm interesses variados, que se expressam em torno de temáticas como: privatização ou socialização dos bens ambientais, qualidade ambiental, qualidade de vida, preservação de estilo de vida e meios de sobrevivência, equidade e distribuição de riqueza, assimilação de benefícios de

investimentos públicos, definição de políticas públicas, defesa de ecossistemas, conservação da natureza em proteção de áreas.

Por se tratar de uma problemática ampla, os conflitos socioambientais têm sido objeto de pesquisa em várias áreas do conhecimento, onde pesquisadores à luz de suas disciplinas trabalham o conceito como categoria de análise para então compreender suas causas, interesses envolvidos e prováveis formas de gestão dos mesmos (TERRA, 2017).

A Fundação Futuro Latino-Americano (FFLA) define o conflito socioambiental como “um processo de interação coletiva caracterizado por uma dinâmica de oposição e controvérsia entre grupos de interesses, resultante de suas incompatibilidades, reais ou percebidas, em torno do controle, uso e/ou acesso ao ambiente e seus recursos” (DUMAS & LUNA, 2008, p. 9, tradução nossa).

Para Little (2001), os conflitos socioambientais estão relacionados com a dimensão da ecologia política e permitem pensar na questão ambiental como uma questão complexa que envolve outros campos do conhecimento, trazendo para o debate novos elementos como aspectos sociais, políticos, econômicos, além dos naturais. Assim, o autor define conflitos socioambientais como:

(...) disputas entre grupos sociais derivadas dos distintos tipos de relação que eles mantêm com seu meio natural. O conceito socioambiental engloba três dimensões básicas: o mundo biofísico e seus múltiplos ciclos naturais, o mundo humano e suas estruturas sociais, e o relacionamento dinâmico e interdependente entre esses dois mundos. (p. 107)

Aguilar, Paniagua e Garita (1999, tradução nossa), ao analisarem a importância do manejo de conflitos socioambientais na América Latina através da Rede Mesoamericana de Manejo de Conflitos Socioambientais, apontam alguns elementos gerais que caracterizam esses conflitos como: a) complexidade e interdependência; b) especificidade, variedade de cenários; c) contínuos e evolutivos; d) transcendem as fronteiras políticas e geográficas; e) envolvem uma grande quantidade de informações técnicas; e) vinculados a grandes riscos; f) interesse público; g) interesse não representados; h) multiplicação de grupos e instâncias de tomada de decisão.

Para Nascimento (2001, p. 94), todo conflito tem um conjunto de elementos que o caracteriza e regem sua evolução e intensidade. Entre eles estão o objeto em disputa, os atores envolvidos e a natureza. Dessa maneira deve-se atentar não só para a existência desses elementos, mas também como pode haver complementariedade entre eles.

Os conflitos socioambientais para Acseirad (2004), ocorrem quando são envolvidos grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significado do território. Desta forma, pelo menos um dos grupos irá sofrer ameaças quanto às formas sociais de apropriação do meio em que vivem. Essas ameaças geralmente acontecem em decorrências das práticas de outros grupos, e envolvem impactos indesejáveis como, por exemplo, com o solo, água, ar ou sistemas vivos.

Para o autor, os conflitos socioambientais são constituídos por quatro dimensões: apropriação simbólica, apropriação material, durabilidade e interatividade. Se tornando fundamental o entendimento dessas dimensões, para entendimento do conflito (ACSEIRAD, 2004).

Já Theodoro (2005, p. 55) considera que os conflitos socioambientais se diferenciam de outros por envolver recursos naturais, dificilmente enquadrados como “propriedade privada individual”, mas como bens difusos, que afetam a coletividade, exigindo “mecanismos e instituições capazes de resolver conflitos entre os grupos sociais”.

Nesse sentido, Assad, Litre e Nascimento (2009) acrescentam que, de um modo geral, “identificam-se mais facilmente as causas do conflito socioambiental tangíveis ou materiais do que as intangíveis ou culturais”, pois estas últimas estão relacionadas com causas interpessoais ou estruturais, dificultando sua percepção. Os conflitos socioambientais podem ser originados por causas que incluem os diferentes valores que os grupos sociais mantêm com os assuntos relacionados ao uso dos recursos naturais (MOTA, SCHMITZ & SILVA JÚNIOR, 2015; TERRA, 2017; GOMES, BRITO & PORRO, 2017).

4.4 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE

Neste referencial utiliza-se dos conceitos de território e territorialidade por entender que são elementos de análise fundamentais para a proposta de pesquisa. Ao tratar de conflitos pelo uso dos meios naturais, as relações de poder sobre um espaço envolvendo uma sociedade com cultura específica, envolvemos várias acepções do conceito de território. Por entender que esse conceito é também utilizado em outras ciências, deixaremos claro aqui que serão discutidas concepções à luz da geografia.

De acordo com Raffestin (1993, p. 143), o território é uma construção conceitual a partir da noção de espaço. Distingue o espaço como sendo condição de

matéria prima natural e o território como uma construção a partir da apropriação desse espaço pelos atores, seja de forma concreta ou abstrata.

Para este mesmo autor territorialidade se define como mais do que uma simples relação homem-território, argumentando que para além da demarcação de parcelas individuais existe a relação social entre os homens. Dessa forma, a territorialidade é entendida como: "um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo em vias de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema"(RAFFESTIN, 1993, p. 160).

Souza (2009) concorda com Raffestin quanto ao espaço ser anterior ao território, porém ressalta que o espaço não deve ser reduzido ao espaço natural:

“O território, objeto deste ensaio, é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. A questão primordial, aqui, não é, na realidade, quais são as características geoecológicas e os recursos naturais de uma certa área, o que se produz ou o que se produz em um dado espaço, ou ainda quais as ligações afetivas de identidade entre um grupo social e seu espaço. (...) o verdadeiro Leitmotiv é o seguinte: quem domina ou influencia e como domina ou influencia esse espaço?” (p. 78-79).

Para este autor a territorialidade no singular remete a algo abstrato, fazendo do território aquilo que já o torna território. Para ele se faz necessário falar em territorialidades, visto que os territórios podem ser classificados conforme suas dinâmicas, entendendo que há diferentes interações entre homem e espaço (SOUZA, 2009, p. 99).

Ao analisar o território Andrade (1995) enfoca o poder como elemento central, fazendo uma diferenciação entre território e espaço, onde:

O conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à idéia de domínio ou de gestão de uma determinada área. Deste modo, o território está associado à idéia de poder, de controle, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas. (p. 19).

A territorialidade para este autor se reflete tanto em elementos que se encontram no território, que estão sujeitos à sua gestão, como a conscientização da população que habita neste território, criando uma consciência de confraternização entre elas (ANDRADE, 1995, p. 20).

Na argumentação de Saquet (2004), o território é produzido e efetivado, ao mesmo tempo, por relações políticas, culturais e econômicas, nas quais as relações de poder inerentes às relações sociais estão presentes num jogo contínuo de dominação e

submissão, de controle do espaço geográfico, em diferentes centralidades, temporalidades e territorialidades, gerando a des-territorialidade e novasterritorialidades. Esse território é construído socialmente, resultado do processo de apropriação e domínio de um espaço, cotidianamente, inscrevendo-se num campo de poder, de relações socioespaciais.

Segundo Saquet (2004), a territorialidade é composta por relações políticas, econômicas e culturais, portanto, sociais, que efetivam diferentes redes e um determinado campo de forças. A formação das redes de circulação e comunicação contribui para o controle do espaço; elas agem como elementos mediadores da reprodução do poder da classe hegemônica e interligam o local ao global, interferindo diretamente na territorialidade cotidiana dos indivíduos e grupos ou classes sociais.

Haesbaert analisa o território por diferentes enfoques, elaborando uma classificação em que se verificam três vertentes básicas: 1) jurídico-política, segundo a qual “o território é visto como um espaço delimitado e controlado sobre o qual se exerce um determinado poder, especialmente o de caráter estatal”; 2) cultural(ista), que “prioriza dimensões simbólicas e mais subjetivas, o território visto fundamentalmente como produto da apropriação feita através do imaginário e/ou identidade social sobre o espaço”; 3) econômica, “que destaca a desterritorialização em sua perspectiva material, como produto espacial do embate entre classes sociais e da relação capital-trabalho”. (HAESBAERT, 2007).

Haesbaert (2002) identifica uma multiterritorialidade reunida em três elementos: os territórios-zona, os territórios-rede e os aglomerados de exclusão. Onde nos territórios-zona prevalece a lógica política; nos territórios rede prevalece a lógica econômica e nos aglomerados de exclusão ocorre uma lógica social de exclusão sócio-econômica das pessoas.

Neste trabalho analisaremos os processos de desterritorialização através das concepções propostas por Haesbaert, que destaca a atenção em usar esse termo qualificativo para análises das dinâmicas de perda e expropriação do território. Esse movimento ocorre por intermédio de diferentes fatores, no caso específico da ilha do Capim, relaciona-se aos projetos de desenvolvimento que impactam diretamente a vida dos ribeirinhos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H. **Ambientalização das lutas sociais – O caso do movimento por justiça ambiental**. Estudos Avançados, 24, (68), 2010, p.103-119.

ACSERALD, H. (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: RelumeDumará, Fundação Heinrich Böll, 2004. 294 p.

AGUILAR, A., PANIAGUA, F., GARITA, A. **Conflictossocioambientales en América Latina: umavisión desde laRed Mesoamericana de Manejo de Conflictos Socio Ambientales**. RED MESOAMERICANA DE MANEJO DE CONFLICTOS SOCIOAMBIENTALES. Costa Rica: Universidad para la Paz, 1999. 54 p.

ALMEIDA, R. (2010). Amazônia, Pará e o mundo das águas do Baixo Tocantins. *Estudos Avançados*, 24(68), 291-298.

ALMEIDA, R. A. D. (2003). Identidade, distinção e territorialização: o processo de (re) criação camponesa no Mato Grosso do Sul. Tese de Doutorado UNESP.

ALONSO, A.; COSTA, V. **Por uma Sociologia dos Conflitos Ambientais no Brasil**. Paper apresentado no Encontro do Grupo Meio Ambiente e Desenvolvimento da CLACSO. Rio de Janeiro, 2000.

ANDRADE, M. C. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec; Recife: IPESPE, 1995.

ASSAD, L. T.; LITRE, G., & DO NASCIMENTO. **A vida por um feixe de lenha: experimento metodológico de gestão de conflitos socioambientais** – Brasília, DF : Editora IABS – Instituto Ambiental Brasil Sustentável em coedição com Editorial Abaré, 2009.

AZEVEDO, H. P. Transição agroecológica: reflexões a partir de agroecossistemas de camponeses agroextrativistas na Amazônia numa perspectiva política. 2018. 172 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém, 2018. Disponível em: <<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/10231>>. Acesso em: 28/04/2018

BECKER, B. K. Amazônia: mudanças estruturais e urbanização. IN: GONÇALVES, M. F.; BRANDÃO, C. A.; GALVÃO, A. C. (orgs.) **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional**. São Paulo: Editora UNESP: ANPUR, 2003. p. 651-656.

BECKER, B. K. **Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos**. Jorge Zahar editores: Rio de Janeiro, 1982.

BRITO, D. M. C., BASTOS, C. M. C. B., DE FARIAS, R. T. S., BRITO, D. C., & DIAS, G. A. D. C. D. (2012). Conflitos socioambientais no século XXI. *PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*, 4(4), 51-58.

CASTRO, E. (2012). **Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana**. *Caderno CRH*, 25(64), 45-62. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792012000100004>. Acesso em: 16 de Agosto de 2017.

CASTRO, E. Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais. In: CASTRO, E; PINTON, F. (Org.). **Faces do Trópico Úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente**. Belém: Edições CEJUP: NAEA, 1997. 445 p.

CORREA, V. H. C., & RAMOS, P. (2010). **A precariedade do transporte rodoviário brasileiro para o escoamento da produção de soja do Centro-Oeste: situação e perspectivas**. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 48(2), 447-472.

COSTA, M. V. V. **Expansão do agronegócio e logística de transporte em Mato Grosso**. In: XV Encontro Nacional de Geógrafo, 2008, São Paulo. Anais do XV Encontro Nacional de Geógrafos, 2008.

CRUZ, V. C. (2008). O rio como espaço de referência identitária: reflexões sobre a identidade ribeirinha na Amazônia. In S. C. Trindade Júnior & M. G. C. Tavares (Eds.), **Cidades Ribeirinhas na Amazônia - mudanças e permanências** (pp. 611-616). Belém: EDUFPA.

CRUZ, V. C. **Pela outra margem da fronteira: território, identidade e lutas sociais na Amazônia**. 201f. Dissertação (mestrado em Geografia Humana) – UFF, Niterói, 2006.

DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

DOU, Diário Oficial da União. Sessão 1. Instituto Nacional De Colonização e Reforma Agrária. Superintendência Regional no Pará (SR01). Nº 18, segunda-feira, 27 de janeiro de 2014.

DUMAS, J; LUNA, D. **FondoRespuesta para a América delSu: una experiencia para laconstrucción de mecanismos de respuestatemprana a conflictossocioambientalesen América Latina**. Quito: FFLA, 2008.

FABRINI, J. E. (2006). A escala da luta e resistência camponesa. *Geosul*, 21(42), 63-91.

FABRINI, J. E. A resistência camponesa para além dos movimentos sociais. *Revista NERA* (UNESP), Presidente Prudente, v. 1, pp. 8-32, 2007.

FEARNSIDE, P. M. O cultivo da soja como ameaça para o meio ambiente na Amazônia brasileira. **Amazônia além dos 500**. p. 281-324, 2006.

FEARNSIDE, P. M. 2016. Os planos para usinas hidrelétricas e hidrovias na bacia do Tapajós. In: ALARCON, Daniela; MILIKAN, Brent; TORRES, Mauricio (org.) Ocekadi: hidrelétricas, conflitos ambientais e resistência na bacia do Tapajós. Brasília, DF: International Rivers Brasil; Santarém, PA: Programa de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal do Oeste do Pará.

FERNANDES, V., & SAMPAIO, C. A. C. (2008). **Problemática ambiental ou problemática socioambiental? A natureza da relação sociedade/meio ambiente.** *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 18.

FERREIRA, L. dos S. G. **Gênero de vida ribeirinho na Amazônia: reprodução socioespacial na região das ilhas de Abaetetuba-PA.** 2013. 148 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2013. Programa de Pós-Graduação em Geografia.

FRASER, N. A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 63: 7-20, 2002.

FRAXE, T. J. P.; MEDEIROS, C. M. ; SANTIAGO, J. L. ; CASTRO, A. P. de . Terras e águas: gestão de recursos comuns na várzea amazônica. In: 26º REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA. **Anais....** Bahia: ABA, 2007.

GOMES, D. L.; BRITO, A. E. M. C.; PORRO, N. S. M. **Conservação ambiental e des territorialização in situ em assentamentos na Amazônia.** Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. Porto Alegre, 2017.

GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias.** 2. ed. [São Paulo]: Contexto, [2005]. 178 p. (Coleção caminhos da geografia).

GUARIM, V. L. (2000). Sustentabilidade ambiental em comunidades ribeirinhas tradicionais. *III Simpósio Sobre Recursos Naturais e Sócio-Econômicos do Pantanal*.

HAESBAERT, R.A multiterritorialidade do mundo e o exemplo da AlQaeda. **Terra Livre**, São Paulo, v. 1, n. 18, jan. /jun. 2002, p.37- 46.

HAESBAERT, R; LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. *Revista do Departamento de Geografia, UERJ, RJ*, 2007, 5: 7-19.

HARRIS, M. Presente ambivalente: uma maneira amazônica de estar no tempo. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. (Orgs.). **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade.** São Paulo: Annalume, 2006. p.81-108.

HÉBETTE, J. A resistência dos posseiros no Grande Carajás. In: **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia.** Belém: UFPA, 2004c. vol. III, p. 203-220.

KRUGER, E. L. (2001). Uma abordagem sistêmica da atual crise ambiental. **Desenvolvimento e Meio ambiente**, 4.

LEAL, A. L. **Uma sinopse histórica da Amazônia**. São Paulo, 1991.

LITTLE, P. E. Os Conflitos Socioambientais: um Campo de Estudo e de Ação Política. In: BURSZTYN, Marcel (Org.). **A Difícil Sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2001.

LOPES, J. L. da S. (2011). As (Im) Possibilidades de Sustentabilidade do Modo de Vida Ribeirinho: Estudo sobre um Grupo Social na Área Insular do Município de Belém-Pa. **Latitude**, 5(2).

LOPES, J. S. L. (Coord.); ANTONAZ, D.; PRADO, R.; SILVA, G. (Org.). **A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial**. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2004. 334 p.

MARTHA JÚNIOR, G. B.; CONTINI, E., & NAVARRO, Z. (2011). Caracterização da Amazônia Legal e macrotendências do ambiente externo. **Embrapa Estudos e Capacitação-Documentos**. Brasília. 50 p. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/48150/1/GBMJ-EstudoAMZDA1-vISSN.pdf>. Acesso em: 16/10/2017.

MOTA, D. M. D., SCHMITZ, H., & SILVA JÚNIOR, A. D. (2015). (Des) Acordos quanto ao uso dos recursos naturais em um contexto de transformação fundiária em Sergipe. **Ambiente & Sociedade**, 18(2), 41-58.

NASCIMENTO, D. G. (2015). A terra/água e o homem na várzea da Amazônia: uma interpretação da vida ribeirinha. **Sociedade e Território**, 27(2), 5-19.

NASCIMENTO, E. P. do. Os conflitos na sociedade moderna: uma introdução conceitual. In Bursztyn, M. (Org.). In: **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. p. 85-107.

POJO, E. C.; ELIAS, L. G. D.; VILHENA, M. N. As águas e os ribeirinhos—beirando sua cultura e margeando seus saberes. **Revista Margens Interdisciplinar**, v. 8, n. 11, p. 176-198, 2014.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática. 1993.

REIS, A. A. dos. **Desenvolvimento sustentável e uso recursos naturais em área de várzea do território do Baixo Tocantins da Amazônia Paraense**: limites, desafios e possibilidades. 2015. 271 f. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2015.

REIS, W. S., & SOUSA, J. de M. (2014). Grandes projetos econômicos e reestruturação do espaço urbano—regional da amazônia oriental: uma análise a partir da atividade siderúrgica no município de açailândia. **Revista GeoAmazônia**, 1(02), 01-16.

SANTOS, J. et al. **Populações ribeirinhas e educação do campo: análise das diretrizes educacionais do município de Belém-PA, no período de 2005-2012**. 2014. Master's Thesis. Universidade Federal do Pará.

SAQUET, M. A. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. **Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

SOUSA, J. de M. **A cidade na região e a região na cidade**: a dinâmica socioeconômica de Imperatriz e as suas implicações na região Tocantina. Imperatriz: Ética, 2009.

TERRA, A. Lencóis Maranhenses: o caso das comunidades Tratada de cima, Tratada de baixo e Buritizal. Instituto de Estudos Sócio-Ambientais. **Boletim Goiano de Geografia**. v 37, n 2, mai/ago, 2017.

THEODORO, S. H. Uma crise anunciada. In: THEODORO, S. H. (Org.). **Mediação de Conflitos Socioambientais**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2005. UNESP. 2000.

VARGAS, G. M. (2007). **Conflitos Sociais e Sócio-Ambientais: proposta de um marco teórico e metodológico**. *Sociedade & Natureza*, 19(2).

VINHA, J. F. D. S. C., & SCHIAVINATTO, M. (2015). Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do programa de aquisição de alimentos (PAA). **Revista Nera**, (26), 183-203.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. XX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. 1996. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 1996.

5. APRESENTAÇÃO DOS ARTIGOS

Nesta sessão achamos preponderante esclarecer ao leitor que o formato escolhido para apresentação dos resultados obtidos nessa pesquisa, foram a elaboração de três artigos científicos.

Dentro de cada um deles traremos as reflexões que nos guiaram para elucidação de cada um dos três objetivos específicos propostos na pesquisa, e por isso em alguns momentos repetições serão necessárias, visto que cada um desses artigos será submetido a publicação de forma independente.

Uma primeira versão do artigo 1 foi aprovada e apresentada oralmente no VIII Encontro da Rede de Estudos Rurais, realizado em agosto de 2018 em Florianópolis-SC, no grupo de trabalho: Ruralidades, Meio Ambiente e Conflitualidades, sendo publicado nos anais do evento.

Assim também uma primeira versão do artigo 2 foi aprovada e apresentada oralmente no XVI Congresso da Sociedade Internacional de Etnobiologia, XII Simpósio Brasileiro de Etnobiologia e Etnoecologia, IX Feira Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação e I Feira Mundial da Sociobiodiversidade, realizado em agosto de 2018 em Belém-PA, no grupo de trabalho: Sociobiodiversidade e Segurança Alimentar.

Após as contribuições durante os debates nos eventos mencionados, os trabalhos foram reelaborados, resultando nos artigos apresentados a seguir. As autoras submeterão os três artigos em revistas científicas que ainda serão escolhidas.

6. ARTIGO I - “CADA UM VÊ DE UM JEITO”: AS NARRATIVAS DOS RIBEIRINHOS DO ESTUÁRIO AMAZÔNICO ATINGIDOS PELA HIDROVIA TAPAJÓS-AMAZONAS.

6.2 RESUMO

A partir dos anos 1970, a Amazônia brasileira passou por um processo de expansão das suas fronteiras advindo da imposição de um modelo de desenvolvimento negociado por governo e empresas. Nas últimas duas décadas do século XXI, ocorre uma reedição desse modelo de desenvolvimento que, agora, investe na implantação de eixos de integração que se dirigem ao aumento da competitividade do agronegócio brasileiro no panorama internacional. O transporte fluvial é a alternativa ideal para o transporte de grãos, visto que consome menos combustível quando comparado, por exemplo, com o transporte ferroviário. A hidrovía Tapajós-Amazonas se demonstra como um exemplo de expansão das vias de escoamento, sendo utilizada para transporte da produção de *commodities* oriundas de Mato Grosso. Esta pesquisa foi construída a partir dos princípios e métodos da abordagem sistêmica. Realizaram-se entrevistas históricas, observação participante, aplicação de questionários e oficinas para análises de conflitos socioambientais. Verificou-se que as diferentes narrativas estão ligadas tanto a elementos individuais como a elementos coletivos. Essas diferenças são resultantes das diversas territorialidades de um mesmo grupo social, porém todas serão usadas a favor da territorialização e reivindicação do território.

Palavras-chaves: Narrativas. Ilha do Capim. Hidrovía Tapajós-Amazonas. Conflitos socioambientais.

6.3 INTRODUÇÃO

A partir dos anos de 1970, a Amazônia brasileira passou por um processo de expansão das suas fronteiras advindo da imposição de um modelo de desenvolvimento negociado por governo e empresas (CASTRO, 2012). Para consolidação da exploração dos bens naturais da região, houve implantação de um arcabouço de projetos de infraestrutura como aberturas de estradas, construção de ferrovias e de hidrelétricas.

Nas últimas duas décadas do século XXI, como sugere Castro (2012) ocorre uma reedição do modelo acima mencionado que, agora, investe na implantação de eixos de integração e desenvolvimento que se dirigem ao aumento da competitividade do agronegócio brasileiro no panorama internacional.

Novamente o Estado cria mecanismos para explorar os territórios da Amazônia brasileira, mas, agora, com estratégias de marketings mais sutis. No lugar de “Integrar para não entregar”, o slogan é “O agro é tudo”. O Projeto Arco Norte vem, nesse sentido, viabilizar o transporte das *commodities* produzidas na região Centro-Oeste do país,

aliviando o fluxo intenso nos portos de Santos (SP) e Paranaguá (PR), reduzindo o tempo de chegada até o mercado internacional, facilitando a instalação de obras portuárias e a utilização de novas hidrovias (RODRIGUES, 2018).

Estudos como o de Correa e Ramos (2010) demonstram que, cada vez mais, há investimentos em estratégias de escoamento da produção de grãos, principalmente de soja do Centro-Oeste, com finalidade de redução de custos através da intermodalidade de modais de transporte. O transporte fluvial é a alternativa ideal para o transporte de grãos, visto que consome menos combustível quando comparado com o transporte ferroviário, por exemplo (COSTA, 2008). A hidrovia Tapajós-Amazonas se demonstra como um exemplo de expansão das vias de escoamento, sendo utilizada para transporte da produção de *commodities* oriundas de Mato Grosso.

A ilha do Capim, campo de empiria dessa pesquisa, situa-se no município de Abaetetuba/PA, na parte final do trajeto que as balsas cargueiras percorrem na hidrovia Tapajós-Amazonas. As empresas transportadoras utilizam o furo do Capim³ como local onde as balsas estacionam, à espera de desembarque da carga em navios nos portos de Vila do Conde, para então se destinarem ao mercado internacional.

Tomaremos como categoria de análise a noção de conflitos ambientais, como proposto por Henri Acselrad (2004), um dos mais influentes pesquisadores desse campo de estudos no Brasil:

Os conflitos ambientais são aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, ar, água, ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos. (2004, p. 26)

No estudo de caso que apresentaremos, temos, de um lado, os ribeirinhos da ilha do Capim e, de outro, as empresas transportadoras do agronegócio, cada qual com suas formas de apropriação do território e estratégias para permanência nele.

Temos como objetivo analisar de que forma ocorre a espacialização das narrativas dos ribeirinhos da ilha do Capim sobre a utilização da hidrovia Tapajós-Amazonas e de que forma estão relacionadas com a territorialização dos grupos envolvidos.

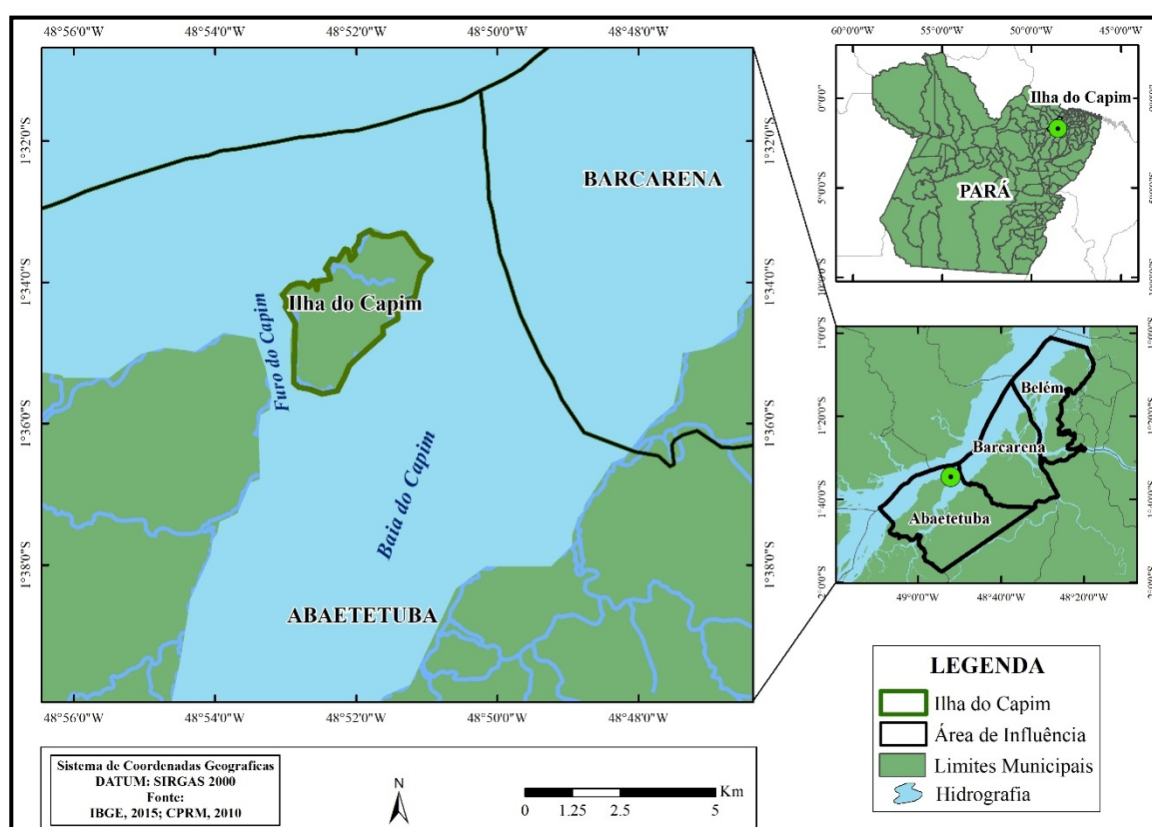
6.4 METODOLOGIA

³ Furo na região Amazônica é uma denominação dada para um espaço de mais fácil navegação entre duas porções de terra, visto que as maresias são de menor intensidade.

6.4.1 Área de estudo

A ilha do Capim (S01°34.971'W048°52.932') está situada no município de Abaetetuba (Figura 1), estado do Pará, localizado no território do Baixo Tocantins, a 62 km da cidade de Belém. Esse município é composto por 75 ilhas com áreas de várzea e terras firmes e sua população se reproduz socialmente sob o modo de vida ribeirinho, marcado pela dependência da acessibilidade fluvial, da pesca, do extrativismo e da agricultura (CARDOSO *et al.*, 2007).

Figura 1: Mapa de Localização da ilha do Capim, Abaetetuba/Pará.



Fonte: Filho, M. H. N.(2020).

6.4.2 Coleta e tratamento de dados

A coleta de dados se deu através de um processo de imersão em campo, no qual, de maio de 2017 a agosto de 2018, a primeira autora vivenciou no local de pesquisa, participando das mais diversas atividades.

A intenção era observar o cotidiano dos ribeirinhos nas mais diversas situações como safra e entressafra do açaí, movimentos religiosos, momentos festivos, reuniões da

associação, audiência pública realizada no município de Abaetetuba, entre outros. Isso foi de fundamental importância para o levantamento das narrativas dos mesmos sobre a utilização da hidrovía Tapajós-Amazonas e em quais medidas essa utilização influencia na sua forma de viver.

Foram utilizados os seguintes métodos: entrevistas históricas, segundo preceitos de Garcia Filho (1999); aplicação de questionários, segundo indica Albuquerque *et al.* (2010); observação participante, segundo considerações de Becker (1994), e oficinas para análise de conflitos socioambientais baseadas na metodologia “Facilitação para gestão de conflitos socioambientais”, proposta por Assad, Litre e Nascimento (2009).

As entrevistas históricas foram realizadas com três informantes-chaves para compreensão da origem da Ilha Capim e sua trajetória ao longo do tempo até os dias atuais.

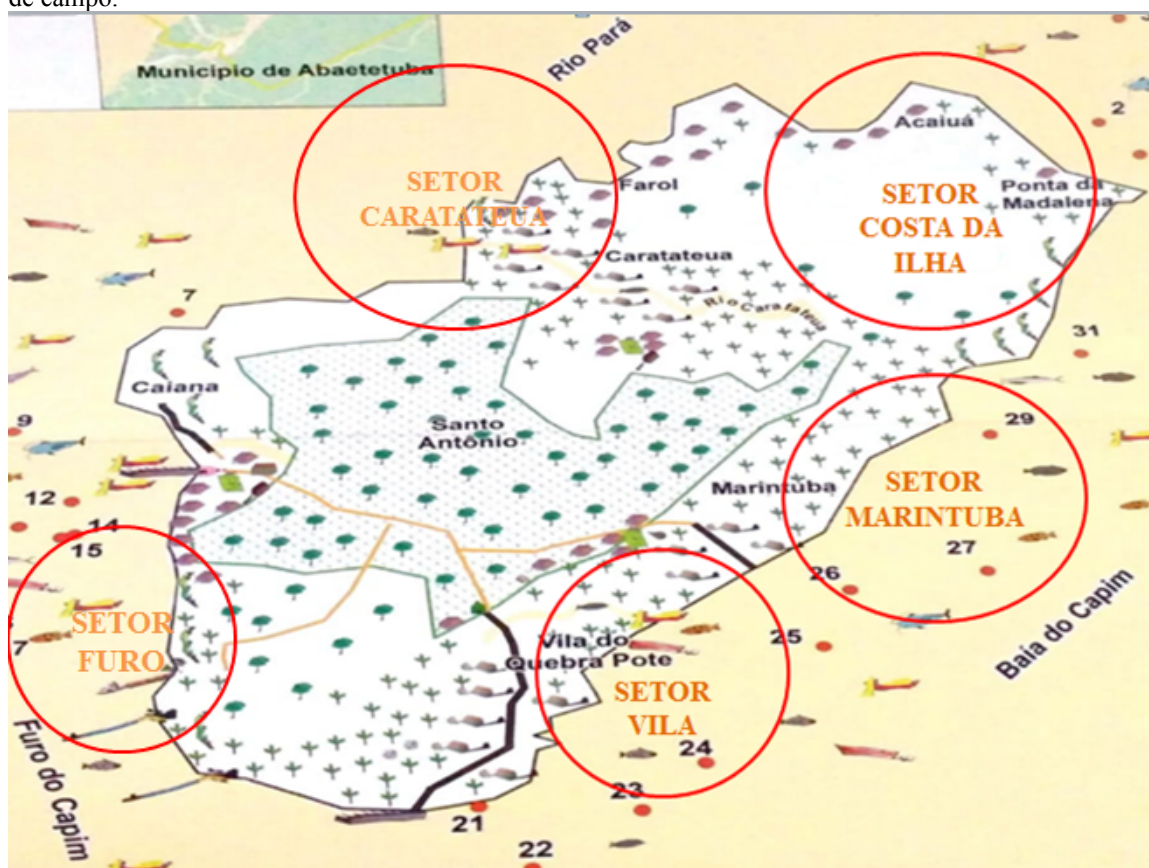
Foram aplicados oitenta e seis questionários⁴ junto aos ribeirinhos com a finalidade de levantar aspectos como escolaridade, nível de participação na organização social, e narrativas sobre a situação atual e futuro de vida na ilha.

Realizaram-se cinco oficinas para análise de conflitos socioambientais, baseadas na metodologia “Facilitação para gestão de conflitos socioambientais”, proposta por Assad, Litree Nascimento (2009), que conta como característica principal a flexibilidade, para entendimento das causas, natureza e evolução de conflitos.

Para demonstrar a espacialização geográfica das narrativas dos ribeirinhos, optamos por fazer recortes por setores na ilha (Figura 2), objetivando conseguir maior abrangência possível. Assim, as oficinas foram realizadas em diferentes setores correspondentes às localidades reconhecidas pelos ribeirinhos, a saber: 1) “Costa da Ilha”, 2) “Vila”, 3) “Marintuba”, 4) “Furo” e 5) “Caratateua”. Essa nomenclatura é utilizada pelos próprios ribeirinhos, para divisão de grupos de trabalho dentro das igrejas pelos agentes comunitários de saúde (ACS).

⁴Em parceria com Dadberto Pereira Azevedo, estudante do curso de Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais (Mespt) da Universidade de Brasília (UnB), autor da dissertação intitulada: A construção social do mercado de açaí para fortalecer a gestão territorial na Ilha do Capim, no município de Abaetetuba no estado do Pará.

Figura2: Setores da ilha do Capim onde foram realizadas oficinas integrantes da metodologia da pesquisa de campo.



Fonte: Boletim Cartografia da Cartografia Social Nº 8 (2017), adaptado pelas autoras.

Esta pesquisa foi construída a partir dos princípios e métodos da abordagem sistêmica, analisando-se tanto aspectos quantitativos quanto qualitativos (BRUMER *et al.*, 2008). A relevância da abordagem sistêmica para este tipo de estudo pode ser vislumbrada, nos preceitos de Vieira e Maimon (1993) ao elencarem que o enfoque sistêmico contribui para compreensão dos processos de transformação de sistemas ecossociais capazes de engendrar prejuízos socioambientais mais ou menos irreversíveis.

6.5 CONHECENDO OS GRUPOS SOCIAIS ENVOLVIDOS

6.5.1 A ilha do Capim e os ribeirinhos

Através das entrevistas históricas realizadas no âmbito dessa pesquisa foi possível identificar que o povoamento da ilha do Capim data do século XVIII, quando a filha de um fazendeiro da ilha Grande de Joanes (atual ilha do Marajó) iria se casar e recebeu de presente de casamento de seu pai a Ilha do Capintuba⁵ e mais 100 escravos. O nome da herdeira da ilha era

Antonia Pereira de Lima Azevedo e, de seu esposo, Antonio de Souza Azevedo. Eles se estabeleceram numa região conhecida localmente como “Fazenda”, nas margens do furo do Capim, região ainda hoje conhecida por este nome e fica situada no setor Marintuba.

Segundo ribeirinhos a principal atividade produtiva nesse período eram a caça, pesca, o plantio de cana-de-açúcar (*Saccharum officinarum*) e de arroz (*Oryza Sativa*). Também havia o extrativismo de madeira, principalmente para construção de moradias e embarcações. As atividades produtivas eram realizadas pela mão de obra escrava, já a comercialização era realizada por Antonio Azevedo, sobretudo em Belém e em Portugal.

Na vivência de campo nos relataram que em uma das viagens realizadas para comercialização do açúcar produzido na ilha, Antonio foi acometido por varíola, e faleceu durante a viagem. Seu corpo foi jogado ao mar, ao passo que sua mala de viagem foi enviada a sua viúva.

Entre os ribeirinhos circula a hipótese de que através dos objetos e roupas contidos na mala, Antonia foi contaminada pela mesma doença que levou a óbito seu esposo, pois veio a falecer com os mesmos sintomas. Ela foi sepultada na própria ilha, e muitas outras pessoas começaram a falecer com os mesmos sintomas, tanto parentes que chegaram à ilha por conta de seu falecimento, quanto escravos.

No ano de 1830, os moradores fugiram, tantos os senhores (filhos de Antonia e Antonio) quanto os escravos, e se estabeleceram em outras ilhas na região de Abaetetuba. Apenas Armínio Azevedo (um dos filhos do casal) se recusou a deixar a ilha e permaneceu morando sozinho ali, por cerca de 10 anos. Após esse período, novos moradores iam chegando para habitar a ilha, sendo que eles tinham que aceitar as regras impostas por Armínio, sobre o uso dos recursos naturais disponíveis, bem como as áreas que iriam se estabelecer, que eram escolhidas por ele próprio.

Os irmãos de Armínio voltaram a habitar a ilha por volta do ano de 1840, no período em que o látex da seringueira (*Hevea brasiliensis*) começou a ser extraído e comercializado. Também descendentes de escravos retornaram para trabalhar nos seringais e instalaram suas moradias as margens do rio Caratateua e na Costa da ilha.

Nesta época havia também extrativismo de sementes da floresta, como andiroba (*Carapaguianensis*), mururu (*Astrocaryum murumuru*) e ucuuba (*Virola surinamensis*). O açaí (*Euterpe oleracea*) era extraído e compunha a base da alimentação dos ribeirinhos, também já começava a ser cultivado em áreas próximas as residências, para facilitar sua

⁵ Essa denominação foi utilizada até o ano de 1840, sendo após isso chamada de ilha do Capim.

colheita. Além disso, contavam com a diversidade de espécies de peixes, e de animais que eram caçados também para fins alimentícios.

Hoje, a ilha do Capim é um Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) criado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em 16/12/2015, com nome de PAE Santo Antonio II, por ser este o Santo padroeiro da ilha e por já haver outra ilha nas vizinhanças com o mesmo nome de santo. Tem capacidade para assentar 127 famílias, mas possui hoje 118 famílias assentadas, segundo pesquisa de campo.

Consta, como infraestrutura pública na ilha do Capim, uma escola de ensino estadual que abrange até o ensino médio e atua no Sistema de Organização Modular de Ensino (Some); um posto de saúde que não está funcionando, pois a obra não foi finalizada; duas igrejas católicas e quatro igrejas evangélicas; três pontes de madeira e uma de alvenaria e; um barracão comunitário da igreja católica.

6.5.2 Os grandes empreendimentos e o agronegócio na região

A partir da década de 1980 foi construído, no município de Barcarena (PA), o complexo industrial-portuário, que faz parte das ações pensadas dentro do Programa Grande Carajás (PGC)⁶. Esse complexo abrangeu a instalação de empresas para produção de energia, transformação primária de minérios e funcionamento de portos de exportação (HAZEU, 2016) e fica localizado na Vila do Conde, em frente ao setor denominado de Costa da Ilha, na ilha do Capim, em Abaetetuba.

As empresas multinacionais procuram estabelecer meios de acumulação capitalista onde a circulação de seus produtos seja facilitada, tanto em termos operacionais quanto em termos econômicos, sendo estes últimos ainda mais salientados. Aliado a isso, a implementação do Projeto Arco Norte (PAN)⁷ fez com que Barcarena ocupasse um papel essencial na região Norte em relação aos mercados da mineração e agronegócio, devido sua excelente localização como ponto de escoamento.

Nesse sentido, desde 2014, a produção de grãos, principalmente a soja, produzida no estado de Mato Grosso, passou a ser transportada para o Município de Itaituba/PA, percorrendo uma faixa de 1.100 km de estrada, sendo, a partir de então, transportada em balsas até o Município de Barcarena/PA, para depois ser embarcada em navios e exportada. Essa

⁶ Projeto de exploração mineral iniciado na década de 1970, que contou com a implementação de grandes obras para seu desenvolvimento como hidrelétricas, ferrovias e portos.

⁷ Projeto do Estado Brasileiro em parceria com as empresas do agronegócio, que potencializa a região Norte como região portuária para diminuir custos de transporte de grãos para o mercado externo.

intermodalidade de transportes reduziu os custos e o tempo médio de chegada aos principais compradores internacionais, como Estados Unidos e China.

As empresas transportadoras sentiam muita dificuldade em estacionar as balsas para esperar o desembarque em Barcarena, pois as águas do rio Pará apresentam, nesse trecho, uma grande movimentação resultando em muita maresia. Foi então que, a partir de 2014, começaram a utilizar o furo do Capim, que possui baixa movimentação das águas, para estacionar as embarcações.

6.6 AS NARRATIVAS NOS SETORES E SUA ESPACIALIZAÇÃO

Na tabela abaixo estão sintetizadas as informações levantadas durante a oficina de análise de conflitos socioambientais, onde os participantes foram instigados a relatar e discutir sobre três eixos, sendo eles:

- Momentos históricos: momento vividos pelos ribeirinhos, que poderiam ser tantos positivos ou negativos, que de alguma maneira impactaram suas vidas;
- Conflitos: situações percebidas pelos participantes como conflituosas e que segundo eles estão relacionados com a utilização da hidrovia Tapajós-Amazonas;
- Sujeitos envolvidos: aqueles grupos que para os participantes estão envolvidos nesses conflitos, direta ou indiretamente.

Quadro 1: Resultados das oficinas para análise de conflitos socioambientais realizadas na ilha do Capim, Abaetetuba/PA.

SETORES	MOMENTOS HISTÓRICOS	CONFLITOS	SUJEITOS ENVOLVIDOS
COSTA DA ILHA	➤ Naufrágio do navio Dom Luiz XV primeiro; ➤ Naufrágio dos bois; ➤ Construção da igreja Monte Moriá; ➤ Funcionamento do anexo escolar;	➤ Insegurança na ilha; ➤ Diminuição do pescado; ➤ Água poluída; ➤ Ar poluído;	➤ Prefeitura Municipal de Abaetetuba; ➤ Empresas; ➤ Associação da ilha; ➤ Paulo Feitosa; ➤ Igreja Evangélica;
VILA	➤ Construção da ponte; ➤ Construção da escola; ➤ Naufrágio do navio Dom Luiz XV primeiro; ➤ Falecimento do Sérgio; ➤ Acidente com o Pita;	➤ Problemas de saúde (queda de cabelo, problemas na visão, coceira na pele, problemas estomacais); ➤ Açaí secando antes do tempo de colheita; ➤ Diminuição do pescado.	➤ Governo Estadual; ➤ Empresas; ➤ Ribeirinhos; ➤ Prefeitura Municipal de Abaetetuba.
MARINTUBA	➤ Surgimento da Comunidade Eclesial de Base (CEB); ➤ Surgimento da associação do PAE; ➤ Luta pela saúde; ➤ Tentativa de compra de terra; ➤ Instalação do complexo Albrás/Alunorte.	➤ Circulação de pessoas estranhas na ilha; ➤ Ataque na cultura; ➤ Violência na ilha; ➤ Circulação de drogas; ➤ Problemas de saúde (alergias, coceiras, estômago, queda de cabelo); ➤ Poluição da água e ar; ➤ Diminuição do pescado; ➤ Seca do miriti; ➤ Seca do açaí; ➤ Beira caindo.	➤ Governo do Estado; ➤ Governo Federal; ➤ Multinacionais; ➤ Comunidade Eclesial de Base (CEB); ➤ Associação do PAE.

	➤ Construção da escola;	➤ Seca do açaí. ➤ Diminuição do pescado;	➤ Governo do Estado; ➤ Governo Federal; ➤ Associação do PAE.
CARATATUEA	➤ Surgimento da associação do PAE; ➤ Instalação do complexo Albrás/Alunorte	➤ Seca do açaí. ➤ Diminuição do pescado; ➤ Poluição da água; ➤ Aumento das drogas e prostituição; ➤ Diminuição do pescado/ extinção de espécies; ➤ Falta de segurança/ Falta da tranquilidade; ➤ Beira caindo.	➤ Governo do Estado; ➤ Governo Federal; ➤ Associação do PAE; ➤ Empresas.

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

SETOR COSTA DA ILHA

O setor costa da ilha é composto por 10 famílias que, em sua totalidade, não têm como atividade principal o trabalho assalariado e praticam a pesca e coleta do açaí. Esse setor situa-se bem em frente ao complexo portuário de Vila do Conde, no Município de Barcarena, trajeto final das balsas cargueiras.

As famílias que ali vivem fazem uso dos serviços públicos de saúde na Vila de Beja, que é um distrito do município de Abaetetuba, distante aproximadamente 22 km da sede do mesmo, acessada por via fluvial. Assim como também realizam nesse local a comercialização de seus produtos, por relatarem ser muito dispendioso sua chegada até a sede.

Nesse setor um momento levantado como histórico foi o naufrágio de um navio com 5 mil bois vivos ocorrido dia 06/10/2015 no porto de Conde em Barcarena/PA. As famílias relatam que aguardam a indenização que será destinada as comunidades atingidas,

na qual consta a ilha do Capim, pois tal desastre casou a morte de muitos peixes e prejudicou grandemente a pesca na área.

A gente espera até hoje que um dinheiro que vai sair pra gente disque, mas que nada mana, o navio tá lá no fundo até agora, e isso mesmo que ninguém quer ajeitar e também como ficou aqui, só tu vendo, ninguém podia fazer nada aqueles dias. (Ribeirinho nascido e morador do setor Costa da ilha, 54 anos)

Apesar de ter a maioria das famílias representadas na associação do PAE com pelo menos um integrante sendo sócio desta entidade, todos os entrevistados relataram que raramente participam de suas reuniões, e que o principal motivo é a distância do local de realização das mesmas, que é o setor Caiana.

O fator acima mencionado chama atenção porque também foram unânimes em opinar que o futuro da ilha será péssimo, pois acreditam que a poluição causada pelo complexo portuário só tende a aumentar, devido cada vez mais o número de balsas ser maior, ainda assim, pretendem continuar morando na ilha futuramente:

Ah eu não me vejo fora daqui não, minha vida toda aqui, e eu nem sei viver em outro lugar...ficar bom sei que não vai, isso só vai piorar, mas aqui eu vou viver o resto da minha vida, como Deus achar que é (Ribeirinho nascido e morador do setor Costa da ilha, 36 anos).

Devemos aqui analisar que o sentido de pertencimento a esse território, do qual trata Haesbaert (2012, p. 97), faz com que os ribeirinhos desse setor não tenham planejamentos de morar em outro lugar. E ainda que essa relação de pertencimento está ligada à capacidade de percepção sobre o meio ambiente, onde todos os seus sentidos estarão envolvidos, levando em conta suas emoções ao relatarem amor ao seu território (Tuan, 1980, p. 12).

SETOR VILA

O setor vila é composto por 19 unidades familiares (UF), e seus integrantes em sua maioria não são assalariados, praticando a pesca e coleta do açaí. O tamanho da área de açaizal nesse setor não ultrapassa 1 ha por UF, então as famílias desse setor precisam, mesmo durante a safra do açaí, comprar esse alimento de famílias de outros setores como Marintuba.

Dentre os pontos colocados como conflitos, há uma expressividade em questões cujas famílias se sintam atingidas fisicamente, seja por problemas de saúde, seja por

problemas com suas principais fontes de alimentação, o açaí e o pescado, como demonstrado:

Nosso peixe diminuiu muito, nosso camarão também, em tudo tem mais dificuldade, porque o nosso açaí já é bem pouquinho, que nem do bebe tem todo tempo, agora ainda mais com essas poluição, é tanto problema, queda de cabelo e coceira de tomar banho nessa água poluída, pode perguntar aqui, todo mundo vai falar um problema. (Ribeirinha nascida e moradora do setor Vila, 42 anos)

Esse setor foi o que apresentou maior número de famílias que não pretendem continuar morando na ilha, sendo que os entrevistados ressaltaram que a poluição que vem acontecendo em decorrência da utilização do furo do Capim como parte da hidrovia, agravou ainda mais a situação, que já era delicada por conta da pouca produção de açaí:

Eu penso em ir embora, e tem umas famílias aqui que pensa que nem eu, porque o açaí falta mesmo pra gente, isso nós já é acostumado, sempre nosso açazal foi pequeno, agora com tudo isso de poluição que tem, não dá... quer saber a verdade, tem gente aqui doente de cama que a gente sabe que é disso aí. (Ribeirinho nascido e morador do setor Vila, 48 anos)

É interessante aqui ressaltar a ideia de desterritorialização *in situ*, colocada por Haesbaert (2012, p. 252), onde o grupo social, no caso aqui apresentado, os ribeirinhos da ilha do Capim, se sentem desterritorializados sem que necessariamente ocorra o deslocamento físico, mas vivenciando precarizações das suas condições básicas de vida e/ou a negação de sua expressão simbólico cultural. Nesse caso, mesmo morando na ilha, os entrevistados se sentem prejudicados por não conseguirem mais obter sua alimentação e estarem doentes devido a poluição causada pelas embarcações.

SETOR MARINTUBA

Este setor é composto por nove unidades familiares e seus integrantes, em sua maioria, são assalariados, pois são servidores públicos do município ou aposentados. O tamanho da área de açazal nesse setor é de cinco ha ou mais por UF e isso está relacionado com o fato de que neste setor encontram-se as famílias descendentes dos pioneiros da ilha, os Azevedo, que acabaram ficando com as maiores áreas.

Os momentos históricos relatados estão fortemente relacionados com a chegada dos grandes projetos e com o surgimento de entidades que apoiam os ribeirinhos em suas lutas de resistência contra os empreendimentos, como por exemplo, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) que luta entre outras coisas pela permanência e respeito aos modos de vida dos povos das terras e águas:

A gente já lutou muito pra estar ainda aqui, porque o desafio pra nós é grande, e graças a Deus tem muita gente que apoia a gente... eu lembro desde o padre Sergio Tonetto, procura quem é que tu vai ver, e a gente vem só se fortalecendo. (Ribeirinha nascida e moradora do setor Marintuba, 51 anos)

Os conflitos relatados expressam que os participantes percebem que, para além de danos causados ao meio ambiente, a circulação e estacionamento das barcaças de grãos no furo do Capim reproduz um ataque ao modo de vida ribeirinho, que não se limita aos aspectos físicos, mas, também, avança aos aspectos emocionais dos que ali vivem. Exemplo disso pôde ser visto nos relatos da rotina local como tomar banho no furo do Capim e usar essa água para escovar os dentes, o que não está sendo feito com a mesma frequência devido a poluição:

Existe uma coisa que a gente tem que prestar atenção que é no ataque a nossa cultura, tudo que a gente vive aqui faz parte da nossa cultura, pergunta pro seu Manoel se ele ainda escova os dentes dele lá na frente, não né, porque ele não pode, com esse tanto de doença dando aí. (Ribeirinha nascida e moradora do setor Marintuba, 51 anos)

Ao tratar dos sujeitos envolvidos, há claro discernimento dos participantes em relação às manobras governamentais que são traçadas para desterritorializar as comunidades tradicionais, pois houve relatos de que todo processo de aceitação do furo do Capim como parte da hidrovía está sendo apoiado pelo governo do estado, sem qualquer consentimento das comunidades que nele vivem. Surgem novamente as entidades que atuam a favor dos ribeirinhos, como sujeitos fundamentais para apoio ao movimento de resistência.

A verdadeira história é que esse terminal era pra ser construído aqui, isso tudo tem governo, prefeitura, tudo envolvido, mas a gente não deixou, aí ficou aí pra frente, na ilha Xingu, mas a gente sabe que afeta do mesmo jeito...com o apoio do Moriva⁸ a gente tá fazendo nosso protocolo de consulta, que a gente vai ajudar muito a lutar contra isso. (Ribeirinho nascido e morador do setor Marintuba, 58 anos)

Porto-Gonçalves (2001, p. 130) enfatiza que não é de hoje que as comunidades tradicionais conseguiram encontrar apoio para lutar contra o modelo de desenvolvimento que lhes é imposto, provando sua capacidade de estabelecer laços com outros movimentos da sociedade civil, lutando pela defesa de seus direitos e pela reapropriação dos meios de produção. Mas não apenas isso, para o autor o movimento mobiliza uma luta de resistência pela sobrevivência, sendo por ele qualificado como movimento de re-existência. Os

⁸ Movimento dos Ribeirinhos e Ribeirinhas das Ilhas de Várzea de Abaetetuba, entidade de cunho político e social que luta pela garantia dos direitos dos ribeirinhos do município de Abaetetuba.

ribeirinhos da ilha do Capim lutam para re-existir com seus modos diferenciados de sentir, pensar e agir, mesmo estando rodeados pelos grandes empreendimentos que possuem lógica totalmente diferente.

Nesse setor há o maior percentual de associados na associação do PAE, assim como o maior índice de participação nas reuniões. Cabe ressaltar que a diretoria da associação extrativista Projeto Agroextrativista – PAE Santo Antonio II, é composta por pessoas, em sua maioria do setor Marintuba.

SETOR FURO

O setor furo é composto por 20 unidades familiares, que em sua totalidade não são assalariados, e praticam a pesca e coleta do açaí. Este setor situa-se bem em frente ao furo do capim, e justamente por isso sua nomenclatura, sendo o local de estacionamentos das balsas.

O momento histórico relatado como impactante para a vida da comunidade foi a construção da escola, que propiciou maior oportunidade de qualidade de ensino para os alunos, visto que antes as aulas aconteciam no barracão comunitário:

Foi uma luta muito grande pra construir essa escola, e a gente agradece tanto porque conseguiu, ficou mais fácil pra crianças, e agora tem condições de estudar, todo mundo lembra a dificuldade que era. (Ribeirinha nascida e moradora do setor Furo, 47 anos)

Sobre os conflitos, a maioria dos relatos se referem aos efeitos físicos sofridos pelas famílias, afetando as maiores fontes de alimentação, pois muitos pescadores estão nesse setor:

Agora a gente nem pesca quase no furo, e também nem na baía do Capim, cada vez mais a gente tem que ir pra fora fazer nosso trabalho, correndo risco de acidente, de pirata⁹, isso porque essas balsas fazem muito barulho, espantando tudo, além do lixo, que eles lavam elas aí mesmo quando estão paradas, jogando tudo aqui. (Ribeirinho nascido e morador do setor Furo, 59 anos)

Vera Lúcia Torres (2004, p. 206) relata sobre como a pirataria vem acontecendo no estuário Amazônico e que as mudanças decorrentes da implantação de projetos de desenvolvimento contribuem para o aumento de casos, com agressões e conflitos armados, chegando a ocasionar mortes.

⁹Denominação dada aos meliantes que assaltam embarcações nos rios da Amazônia, para roubarem material de pesca, dinheiro, motor ou até a própria embarcação.

6.7 CONCLUSÕES

Verificou-se que existem diferentes narrativas sobre os conflitos causados pela instalação e utilização da Hidrovia Tapajós-Amazonas, entre os ribeirinhos da ilha do Capim. Essa diversidade está ligada tanto a elementos individuais (no nível de unidade familiar) como coletivos, e a espacialização dessas formas de perceber o ambiente, contribuiu para demonstrar quais são esses elementos.

Os elementos individuais constituem o próprio histórico de formação das unidades familiares, como por exemplo, descendência ou não dos pioneiros da ilha, tamanho das áreas, seus objetivos quanto ao futuro da família. Os elementos coletivos dizem respeito a representatividade das famílias nas ações desenvolvidas pela associação do PAE, e de outras formas de organização que permitem a discussão sobre a transformação da vida das famílias diante a utilização do furo do Capim como parte da hidrovia.

As diferentes percepções são consequências de diferentes territorialidades de um mesmo grupo social, onde cada um deles, irá usá-las a favor da territorialização e reivindicação de um mesmo território.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, H. (Org.). As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: RelumeDumará/Fundação Heinrich Böll, 2004., pp. 13-35.
- ALBUQUERQUE, U. P.; LUCENA, R. F. P.; CUNHA, L. V. F. C. C. (Org.). Métodos e técnicas na pesquisa etnobotânica. Recife: NUPEEA, 2010. 559p.
- ASSAD, L. T.; LITRE, G., & DO NASCIMENTO. **A vida por um feixe de lenha: experimento metodológico de gestão de conflitos socioambientais** – Brasília, DF : Editora IABS – Instituto Ambiental Brasil Sustentável em coedição com Editorial Abaré, 2009.
- Boletim Cartografia da Cartografia Social: uma síntese das experiências - Ribeirinhos da Ilha do Capim: frente aos grandes empreendimentos do Baixo Tocantins – N. 8. Coordenação geral: Alfredo Wagner Berno de Almeida, Rosa Elizabeth Acevedo Marin, Cynthia de Carvalho Martins. – Manaus: UEA Edições, 2017.
- BECKER, H. S. Observação social e estudos de casos sociais. Métodos de pesquisa em ciências sociais. São Paulo: Hucitec, 1994: 117 – 133.
- BRUMER, A; ROSENFELD, C. L; HOLZMANN, L; SANTOS, T. S. A elaboração de projeto de pesquisa em ciências sociais. In: GUAZZELLI, C. A.; PINTO, C. R. J. B. (Ogr.). **Ciências humanas: pesquisa e método**. Porto Alegre: UFRGS, 2008. p. 125-147.
- CARDOSO, A. C. D.; LIMA, J. J. F.; BASTOS, A. P. V.; GOMES, V. Planos Diretores no tucupi: a experiência de elaboração de planos diretores na região do Baixo Tocantins, Estado do Pará. In: CARDOSO, A. C. D.; CARVALHO, G. Planos Diretores Participativos: experiências amazônicas. Belém: EDUFPA, 2007a, p. 15-52.
- CASTRO, E. (2012). **Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana**. *Caderno CRH*, 25(64), 45-62. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792012000100004>. Acesso em: 16 de Agosto de 2017.
- CORREA, V. H. C., & RAMOS, P. (2010). **A precariedade do transporte rodoviário brasileiro para o escoamento da produção de soja do Centro-Oeste: situação e perspectivas**. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 48(2), 447-472.
- COSTA, M. V. V. **Expansão do agronegócio e logística de transporte em Mato Grosso**. In: XV Encontro Nacional de Geógrafo, 2008, São Paulo. Anais do XV Encontro Nacional de Geógrafos, 2008.

GARCIA FILHO, D. P. Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários. Guia Metodológico. Brasília: Projeto de cooperação Técnica INCRA/FAO, 1999.

GONÇALVES, C. W. P. Amazônia, Amazônias. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

HAESBAERT, R. C. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. – 7º ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 396p.

HAZEU, M. (2016). Deslocamentos forçados no complexo industrial-urbanístico-portuário de Barcarena, PARÁ. *Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social*, 1(1).

LEITE LOPES, J.S. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 31-64, jan./jun. 2006.

RODRIGUES, J. C. O arco norte e as políticas públicas portuárias para o oeste do estado do pará (itaituba e rurópolis): apresentação, debate e articulações/The Northern Arc and the public port policies for the West of the state of Pará (Itaituba e Rurópolis): presentation, debate and articulations. *REVISTA NERA*, 2018, 42: 202-228.

TORRES, V. L. S. **Envelhecimento e pesca**: redes sociais no estuário Amazônico. Belém: Edições CEJUP, 2004. 238 p.

TUAN, Yi-Fu. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980.

VIEIRA, P. F.; MAIMON, D. (Org.); Associação de Pesquisa e Ensino em Ecologia e Desenvolvimento; Universidade Federal do Pará Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. **As Ciências sociais e a questão ambiental**: rumo à interdisciplinaridade. Rio de Janeiro: APED; Belém: UFPA, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 1993. 298 p.

7. ARTIGO II–O AGRONEGÓCIO COMO AMEAÇA À AFIRMAÇÃO DO TERRITÓRIO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: ESTUDO DE CASO NA ILHA DO CAPIM, ABAETETUBA/PA.

7.2 RESUMO

A Amazônia brasileira vivencia, desde a década de 1970, a territorialização do agronegócio. Na região do Baixo Tocantins, especificamente no município de Barcarena/PA, o agronegócio se territorializa por encontrar ali um ponto estratégico para o escoamento de sua produção, oriunda do Centro-Oeste brasileiro. Desde 2014, o Projeto Arco Norte busca facilitar a chegada de *commodities* para o mercado internacional, através da hidrovía Tapajós-Amazonas. O objetivo dessa pesquisa é analisar de que forma a utilização da hidrovía Tapajós-Amazonas está relacionada com a desterritorialização dos ribeirinhos da ilha do Capim. A ilha do Capim (Abaetetuba/PA), habitada por comunidade tradicional há pelo menos 240 anos, localiza-se na parte final do trajeto da hidrovía, onde as balsas carregadas de grãos ficam estacionadas em cima dos pesqueiros. Foram utilizados os seguintes métodos: aplicação de questionários, observação participante, entrevistas históricas e elaboração de croqui da área utilizada pelo núcleo familiar. Verificou-se que ocorreram mudanças nas práticas produtivas e alimentares dos ribeirinhos, sendo percebidas como mudanças negativas pelos próprios. A pesca ficou prejudicada pelo desaparecimento de pesqueiros. Ocorreu a diminuição da produção de açaí devido à poluição. As famílias buscaram replanejar suas atividades produtivas, porém muitas são comprometidas devido a limitação de espaço. Surgiram muitos casos de doenças relacionados ao consumo de água contaminada. A ilha passa por conflitos internos por conta da gestão da reserva ecológica. A autonomia alimentar dos ribeirinhos foi comprometida e o agronegócio ameaça ainda o território e as estratégias coletivas de permanência das famílias.

Palavras-chaves: Agronegócio. Ilha do Capim. Hidrovía Tapajós-Amazonas. Desterritorialização.

7.3 INTRODUÇÃO

A Amazônia brasileira vivencia, desde a década de 1970 (HOMMA, 2005, p. 95), a territorialização do agronegócio, que vem sendo demonstrada pelo aumento de área plantada com os grãos, especialmente a soja passando pela implantação de um arcabouço de projetos de infraestrutura como portos, ferrovias, hidrovias, além da instalação de indústrias que fabricam os insumos necessários ao plantio (MAGALHÃES *et al.*, 2012), culminando na retirada de direitos de povos e comunidades tradicionais sob seus territórios (SANZ, 2018, p. 32).

Neste trabalho seguiremos a perspectiva proposta por Conceição (2016) para utilização do conceito territorialização do agronegócio, entendida como o conjunto de novas dinâmicas territoriais implementadas no espaço agrário amazônico a partir a

globalização da economia, através da espacialização de *commodities*, sendo um mecanismo de enfrentamento ao campesinato.

Na região do Baixo Tocantins, especificamente no município de Barcarena/PA, o agronegócio se territorializa sob a justificativa de encontrar ali um ponto estratégico para o escoamento da produção oriunda do Centro-Oeste. Até o ano de 2013, os grãos produzidos naquela região eram enviados para o porto de Santos (SP) e Paranaguá (PR) para dali serem exportados (RODRIGUES, 2018). Porém, com a crescente produção do setor e seu deslocamento progressivo para região Norte do país, o volume de carga e as distancias percorridas elevaram-se, provocando a necessidade de estabelecimento de novas rotas (CORREA e RAMOS, 2010).

Desde o ano de 2014, o Projeto Arco Norte é implementado no sentido de diminuir as distancias de transporte de *commodities* agrícolas (especialmente de soja) produzidas no norte de Mato-Grosso, Rondônia e oeste do Pará, visando a exportação para o mercado internacional, utilizando os portos da região Norte (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016). Os grãos saem, principalmente, da região centro-oeste utilizando a hidrovía Tapajós-Amazonas para chegar até o porto de Vila do Conde (Barcarena/PA) e então serem transportados em navios graneleiros até o mercado europeu e chinês (RODRIGUES, 2018).

A ilha do Capim (Abaetetuba/PA) localiza-se na parte final do trajeto desta hidrovía, onde as balsas carregadas de grãos ficam estacionadas, exatamente no furo¹⁰ do Capim, à espera da oportunidade de fazer o transbordo para navios graneleiros de longo curso, na cidade vizinha.

Os ribeirinhos da ilha do Capim vivem nesse território, constituído por floresta de várzea amazônica, há pelo menos 240 anos, praticando extrativismo, agricultura e pesca, mantendo, através de suas práticas produtivas, o agroecossistema da ilha de forma sustentável.

Muitos autores têm relatado o crescente avanço da produção de soja na região Amazônica (DA SILVA, 2010; DOMINGUES e BERMANN, 2012; DE OLIVEIRA, 2015) e como o processo de expansão dessa produção tem atingido os povos e comunidades tradicionais que experenciam seus territórios ameaçados (DOS SANTOS e DA CRUZ, 2015; RIBEIRO, SILVA e CORREA, 2015; SILVA, LIMA e

¹⁰Furo na região Amazônica é uma denominação dada para um espaço de mais fácil navegação entre duas porções de terra, visto que as maresias são de menor intensidade.

CONCEIÇÃO, 2018), por meio de mudanças que lhes são causadas em diversos aspectos de seus modo de vida particulares.

As mudanças acima mencionadas vão desde a poluição de terras e águas camponesas até a retirada de direitos de povos e comunidades tradicionais onde o agronegócio articula seus objetivos sem levar em conta quantas vidas serão afetadas para alcançá-los.

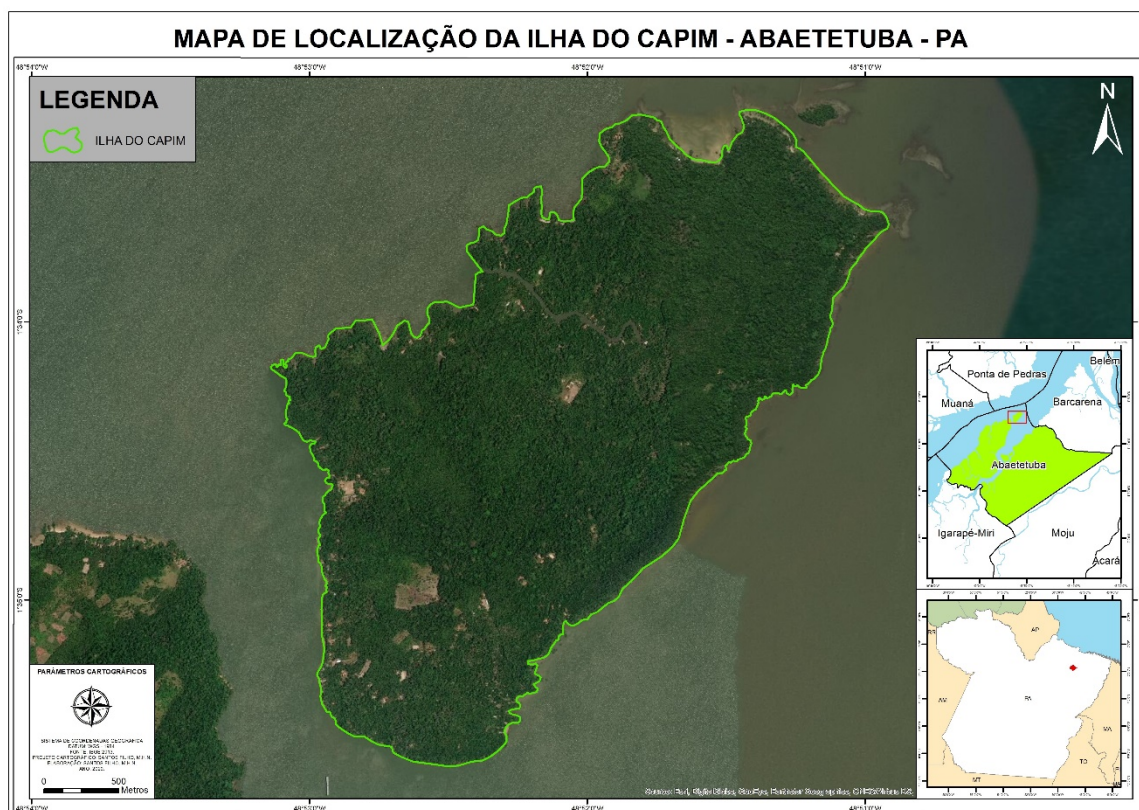
O presente artigo vem refletir acerca de como a cadeia de produção de soja não ameaça somente a vida e o território daqueles que perderam suas terras para o monocultivo, mas, também, daqueles que veem, pela janela de suas casas, a soja passando em barcaças, pelo rio, que faz parte de suas existências. Nesse sentido, nos faz necessário analisar de que forma a utilização da hidrovia Tapajós-Amazonas está relacionada com a desterritorialização dos ribeirinhos da ilha do Capim.

7.4 METODOLOGIA

7.4.1 Área de estudo

A ilha do Capim (S01°34.971'W048°52.932') está situada no município de Abaetetuba (Figura 1), estado do Pará, localizado no território do Baixo Tocantins, a 62 km da cidade de Belém. Esse município é composto por 75 ilhas com áreas de várzea e terras firmes e sua população se reproduz socialmente sob o modo de vida ribeirinho, marcado pela dependência da acessibilidade fluvial, da pesca, do extrativismo e da agricultura (CARDOSO *et al.*, 2007).

Figura 1: MapadeLocalizaçãodailhadoCapim,Abaetetuba/PA.



Fonte: Filho, M. H. N.(2020).

A ilha do Capim é um Projeto Agroextrativista (PAE) sob responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), sendo instituído em 16/12/2015 com nome de PAE Santo Antonio II, por ser este o Santo padroeiro da ilha e por já ter outra ilha nas vizinhanças com o mesmo nome de santo. Tem capacidade para assentar 127 famílias, mas possui hoje 118 famílias assentadas, segundo pesquisa de campo. Possui área total aproximada de 1.253,368 ha, dos quais são constituídos por zonas de terra firme e várzea.

7.4.2 Coleta e tratamento de dados

A coleta de dados se deu através de um intenso processo de imersão em campo, no qual, de maio de 2017 a agosto de 2018, a primeira autora vivenciou o cotidiano das famílias ribeirinhas da ilha do Capim, participando das mais diversas atividades.

A intenção era observar o cotidiano dos ribeirinhos, para então analisar, a partir das mudanças relatadas nas práticas produtivas ocasionadas pela utilização do furo do

Capim, como parte da hidrovía Tapajós-Amazonas, estariam relacionadas com aspectos que dizem respeito a ameaça ao seu território.

Foram utilizados os seguintes métodos: aplicação de questionários¹¹, segundo indica Albuquerque *et al* (2010); observação participante, segundo considerações de Becker (1994), entrevistas históricas propostas por Garcia Filho (1999) e elaboração de croqui da área utilizada pelo núcleo familiar, baseada na metodologia proposta por Pasini (2014).

Durante aplicação dos questionários foram alcançados 73% do total de famílias existentes na ilha, sendo um questionário por unidade familiar. A finalidade foi levantar aspectos da alimentação cotidiana, bem como dados da produção agroextrativista vegetal e animal para entendimento da dinâmica das práticas produtivas dos ribeirinhos.

Foi necessário, nesta pesquisa, fazer uso dos princípios da observação participante para que entendêssemos a relação entre as mudanças ocorridas no território e as escolhas produtivas e alimentares dos ribeirinhos, sendo necessário vivenciar o cotidiano do pescar, colher, decidir, comer. Neste mesmo sentido de aprofundamento da compreensão do ponto de vista das famílias sobre as ameaças advindas do uso intensivo do furo do Capim pela hidrovía Tapajós-Amazonas, foram realizadas entrevistas informais e não diretivas sobre os processos históricos, especialmente referentes às mudanças ocorridas após a implantação da hidrovía.

Tanto a observação participante quanto as entrevistas históricas foram realizadas com cinco famílias da ilha do Capim, já que este tipo de investigação minuciosa pressupõe um número limitado de pessoas pesquisadas. As cinco famílias foram selecionadas de forma a representar cada um dos cinco setores da ilha, e por serem referências entre os moradores, seja por sua ancianidade ou por seu protagonismo na comunidade.

Foram mapeadas as áreas utilizadas pelos cinco núcleos familiares estudados em maior profundidade, através de croqui da área ocupada, que demonstra os locais de disponibilidade e acesso aos alimentos e bens naturais em dois momentos: no momento de realização da pesquisa de campo (2017) e anos antes (momento anterior a utilização do furo do Capim como parte da hidrovía).

¹¹Em parceria com Dadberto Pereira Azevedo, estudante do curso de Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais (Mespt) da Universidade de Brasília (UnB), autor da dissertação intitulada: A construção social do mercado de açaí para fortalecer a gestão territorial na Ilha do Capim, no município de Abaetetuba no estado do Pará.

Entendemos que o croqui possibilita uma leitura espacial da relação do grupo doméstico com a aquisição de alimentos, na medida em que fornece uma representação da realidade a partir do uso pelos moradores, protagonistas de suas territorialidades. Os croquis podem ser entendidos como uma expressão gráfica particular de um dado grupo ou pessoa, sem rigores cartográficos, esclarecendo informações de um dado tema objetivado (MORONE, 2007).

7.5 PRÁTICAS PRODUTIVAS E ALIMENTARES NA ILHA DO CAPIM E AS TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS

Na ilha do Capim a importância do açaí e do pescado se dá em duas faces. A primeira delas é para o consumo, onde esses dois alimentos estão presentes nas refeições diárias dos ribeirinhos, constituindo-se em sua base alimentar, e a segunda é para a comercialização e consequente obtenção de renda. Esta importância foi registrada também por Azevedo (2018), desde o sistema agrário colonial (1773-1839) até o contemporâneo (1966-2016).

O açaí (*Euterpe oleracea*), os pescados e a farinha de mandioca são alimentos que fazem parte da cultura alimentar da população da região Amazônica (BEZERRA, NERI e LOBATO, 2001; MAFFRA, 2013), assim podemos deduzir que a extração e produção desses alimentos, fazem parte do sistema produtivo das comunidades rurais.

Para entendermos as transformações ocorridas nas práticas produtivas e alimentares da população da ilha do Capim, a partir do uso da hidrovia Tapajós-Amazonas para escoamento de grãos, tomaremos dois momentos para fins comparativos. Esses momentos foram nomeados conforme os próprios relatos dos entrevistados, no qual utilizaram o termo “antes” (como anterior ao início da utilização do furo pelas barcas de grãos, em 2014) e “agora” (para se referirem ao período atual, ano de realização dessa pesquisa, sendo 2018).

Conforme a utilização do furo do Capim pelas barcas de grãos ia se estabelecendo como rota de escoamento, os ribeirinhos relatam a dificuldade em permanecer com suas lógicas produtivas tradicionais.

O desaparecimento dos pesqueiros¹² é colocado pela maioria dos entrevistados

¹² Denominação utilizada pelos ribeirinhos para os locais de concentração de pescados. Geralmente são dados nomes para identificar esses espaços, como pesqueiro da crua do furo, pesqueiro do tacho, fazendo com que os pescadores saibam quais espécies irão encontrar pela localização e nome dado.

como um evento ocorrido após a crescente passagem de balsas no furo do Capim, pois segundo eles a intensa movimentação na água faz com que esse aglomerado se disperse.

Quadro1: Relação de pesqueiros que desapareceram no furo da ilha do Capim, depois de 2014.

NOME DO PESQUEIRO	ESPÉCIES ENCONTRADAS	NOMES CIENTÍFICOS	Nº DE FAMÍLIAS QUE UTILIZAVAM
Pesqueiro da Rama	Pescada	<i>Cynoscionleiarchus</i>	7
Pesqueiro da Boia	Pescada/ Sarda/ Piaba/ Dourada	<i>Cynoscionleiarchus/ Sarda sarda/ Brachyplatystomavaillantii/ Brachyplatysomarusseauxii</i>	15
Pesqueiro do Chuvisco	Sarda/ Pescada	<i>Sarda sarda/Cynoscionleiarchus</i>	4
Pesqueiro do Rodrigo	Sarda/ Pescada/ Piaba	<i>Sarda sarda/Cynoscionleiarchus/ Brachyplatystomavaillantii</i>	9

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Várias famílias utilizavam um mesmo pesqueiro para obtenção do pescado. Foram registrados o desaparecimento de quatro destes locais de pesca ao redor da ilha do Capim, depois que o furo do capim começou a ser utilizado como parte da hidrovia, sendo que um único desses pesqueiros se constituía em fonte principal de obtenção de pescado para 15 famílias (conforme quadro 1), no sistema alimentar e produtivo. No total 35 famílias e aproximadamente 180 pessoas perderam sua principal fonte de alimentação proteica, e mais do que isso, sua autonomia, sua tradição produtiva e seu direito ao território.

Diante do desaparecimento dos pesqueiros, as famílias precisam tomar decisões quanto às mudanças tanto o que diz respeito à alimentação, como às atividades produtivas praticadas, em face da falta de pescado. A preocupação das famílias é bem retratada no relato a seguir:

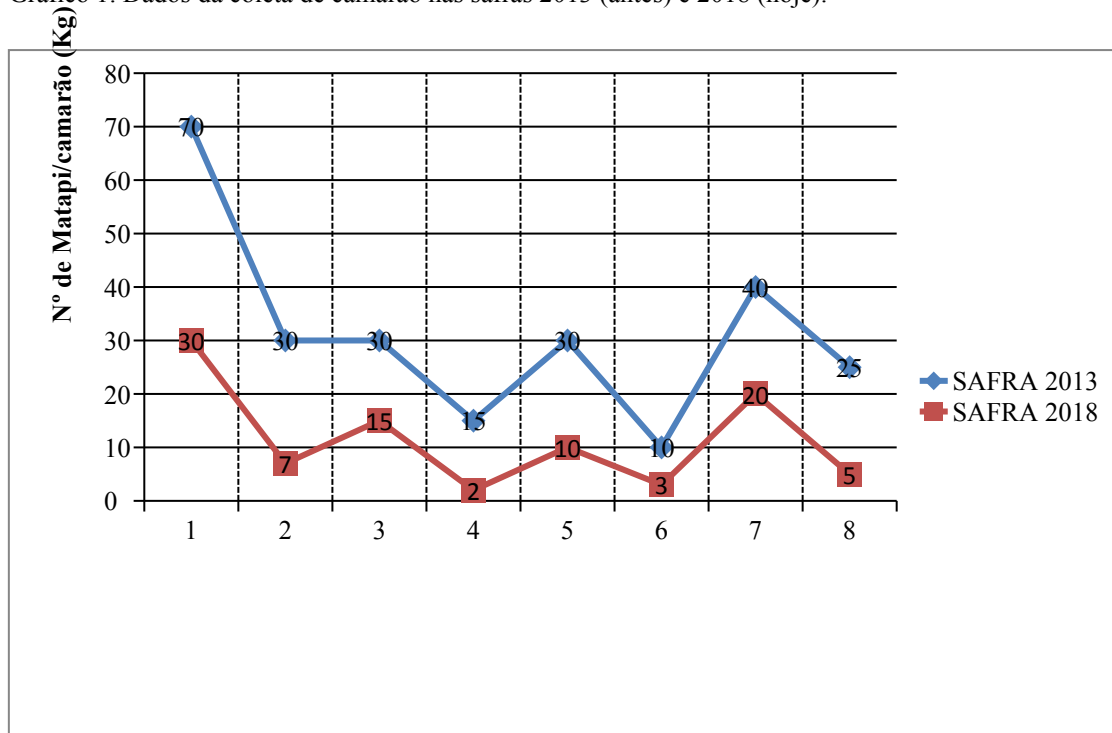
...olha de primeiro saía aqui de noite, sentava uma rede, cê queria ver o peixe que a gente pegava, agora é difícil, até o peixe ficou assim sei lá, vários peixes ninguém até nem viu mais, foram embora tudo sei lá pra onde. (Ribeirinho nascido e morador da ilha do Capim, 61 anos)

O camarão (*Macrobrachium*) muito consumido e comercializado pelos ribeirinhos sofreu grande diminuição, pois o barulho e movimento na água, causado pelas embarcações, afugenta esses crustáceos. Segundo nos foi relatado alguns ribeirinhos

chegavam a pescar em média 30 kgs de camarão por dia e atualmente só conseguem capturar em média 5 kgs por dia.

Abaixo temos um gráfico elaborado a partir do relato de quatro pescadores, para retratar como se deu a diminuição da produção de camarão durante a safra que ocorre em dois períodos distribuídos entre os meses de abril e julho.

Gráfico 1: Dados da coleta de camarão nas safras 2013 (antes) e 2018 (hoje).



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

A partir da análise dos dados, percebemos que os pescadores diminuíram a quantidade de matapis colocada por maré, durante a safra. Em 2013, a média desse apetrecho utilizado era de 42,25 unidades por pescador, passando para um número de 18,75 no ano de 2018.

A redução acima citada pode se justificar por alguns fatores, entre eles: 1) diminuição na eficiência de captura, que no momento anterior as balsas era de 2,25 matapis para cada kg de camarão capturado e em 2018 é de 4,25 matapis/kg; 2) inviabilidade da prática produtiva, pois para se manter o índice de produção precisariam, além de mais horas investidas de trabalho, maior investimento em apetrechos de pesca; 3) aumento dos riscos durante a atividade, por se deslocarem a locais mais distantes de suas residências; além do perigo de acidentes entre as embarcações e as balsas.

Devemos refletir sobre como as balsas carregadas de grãos, que passam pelo furo do Capim, fazem com que as famílias que ali vivem, sejam obrigadas a modificar sua alimentação, substituindo, por exemplo o pescado, por alimentos comprados na cidade, principalmente embutidos e enlatados. A seguir, temos um depoimento de uma ribeirinha ilustrativo dessa situação:

Não tem mais como sair pra passar a manhã toda e pegar um quilo de peixe, aí a gente deixa de comer o nosso peixe e compra comida na cidade, ovo, conserva, e come isso, e vai trabalhar em outra coisa, a gente pesca mesmo porque a gente quer comer o peixe, mas não de dizer que pra gente vale a pena. (Ribeirinha, nascida e moradora da ilha do Capim, 52 anos)

A maior parte do investimento feito na confecção de apetrechos de pesca, como matapis¹³, redes, anzóis, teve que ser repensado e convertido em novas estratégias de produção pelos grupos familiares, visto que muito desse material é perdido quando as balsas passam próximo aos pesqueiros. Esta situação é bem expressa na seguinte declaração:

Eu já perdi muito material que eu tinha, rede que prendeu em balsa, e nunca ninguém vai me devolver...teve uma balsa que encalhou aí, que eu perdi mais de vinte matapis de uma vez só, se quebraram tudo. (Ribeirinho nascido e morador da ilha do Capim, 42 anos)

A maioria das famílias ribeirinhas, equivalente a 86% dos entrevistados, tinham a pesca como principal atividade geradora de renda, porém com o fluxo das barcaças, se tornou inviável realizar essa prática produtiva, devido o tempo investido nessa atividade ser muito alto quando comparado a quantidade de alimento obtido, além da perca crescente de materiais.

Muitos ribeirinhos colocam que o tempo de trabalho na atividade pesqueira foi reduzido em até metade de horas investidas antes da chegada das balsas, e remanejadas para outras atividades, como trabalho no açailal (de propriedade da família, quando a família tem açailal grande, ou em propriedades vizinhas), ou outros serviços como construção de barcos, e ainda caça de animais na reserva ecológica localizada na ilha.

Então há por parte das empresas transportadoras ligadas ao agronegócio uma forma de ataque ao território dos ribeirinhos da ilha do Capim, sendo esse sob a forma de limitação quanto a sua alimentação.

A decisão sobre o sistema alimentar dos grupos familiares da ilha do Capim não está mais sob seu domínio. Foram realizadas modificações em seus sistemas produtivos e

¹³ Apetrecho de pesca confeccionado com talas de Jupati (*Raphia taedigera*) e Miriti (*Maurutia flexuosa*) utilizado para captura o camarão.

alimentares em torno dos efeitos indesejáveis da utilização do furo como parte da hidrovia. Essas modificações se tornam um ataque a sua soberania alimentar, posto que como propõe a Via Campesina, esse conceito nos revela ser:

[...] um direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, e **seu direito de decidir seu próprio sistema alimentício e produtivo**. Isto coloca aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentares, por cima das exigências dos mercados e das empresas. Defendendo os interesses de, e inclusive às futuras gerações. (FORUM FOR FOOD SOVEREIGNTY, 2007, grifo nosso, tradução nossa)

Observamos que quando o ribeirão precisa comprar alimentos industrializados, pela falta do pescado e/ou diminuição da produção de açaí, o sistema alimentar sofre duas grandes mudanças: a nutritiva e a cultural.

A mudança no aspecto nutritivo se dá por meio da deficiência nutricional que essa população terá ao consumir alimentos industrializados, principalmente enlatados, no lugar de alimentos naturais, que são mais saudáveis.

Sob o aspecto cultural evidenciamos que para os ribeirinhos da ilha do Capim, alimentar-se bem é mais que comer o pescado e tomar o açaí que antes existiam em abundância, mas também e principalmente, vivenciar sua cultura, ter poder de decisão sobre as práticas produtivas e alimentares que também lhes afirmarão sob aquele território.

Outro problema relatado pelos ribeirinhos é a poluição do ar, causada pelo complexo portuário de Vila do Conde, no município de Barcarena/PA, que fica em frente a ilha do Capim, e que recebe as balsas que transportam os grãos. Todos os entrevistados associam a diminuição da produção de açaí com o aumento da poluição, pois o fruto não consegue amadurecer, secando na árvore antes do momento esperado para coleta, como nos foi relatado:

...de dia você não ver, quando chega umas cinco horas em diante, você começa a ver já a fumaça, e aí nessa fumaça que a gente sente aquele cheiro ardido, que dói o olho da gente, assim quando a gente respira a gente sente aquela fortidão, disso aí a gente percebe faz é tempo que seca o açaí, todo mundo já viu isso. (Ribeirão, nascido e morador da ilha do Capim, 81 anos)

A crescente preocupação com a diminuição, ano após ano, da produção de açaí faz com que 65% dos entrevistados relatem que pretendem produzir outras espécies vegetais, como cupuaçu (*Theobromagrandiflorum*), banana (*Musa spp.*), cacau (*Theobromacacao*), bacaba (*Oenocarpus bacaba*) e/ou iniciar a criação de galinha (*Gallusgallusdomesticus*) e peru (*Meleagrisgallopavo*).

Um dado importante nesse sentido é que 51 % das unidades familiares possuem área de até 1 ha, então essas famílias não dispõem de tanto espaço para realizar suas atividades produtivas, limitando assim as alternativas que possam amenizar o impacto que a baixa produtividade do açaí vem lhes causando. O tamanho reduzido das áreas dos estabelecimentos de ribeirinhos é característica comum de ilhas e municípios vizinhos como foi caracterizado nos trabalhos de Costa (2009), Da Silva *et al* (2010) e Rodrigues *et al* (2019).

Em 2012 foi criada uma reserva ecológica¹⁴ dentro da ilha do Capim, onde ficou estabelecido pelos moradores que ali não poderia ser realizada atividade de caça e extração de madeira. Ocorre que, com a diminuição dos pescados e a baixa produtividade dos açais, cada vez mais há incidências de moradores caçando nessa área, afim de obter alimento, justamente aqueles que possuem lotes com pouca área produtiva, citados no parágrafo acima.

Os principais animais caçados dentro da reserva são mucura (*Didelphismarsupialis*), paca (*Cuniculus paca*), tatu (*Dasypusspp*) e cutia (*Dasyproctapunctata*), que passam a ser base proteica de alimentação para muitas famílias. Ao realizarem essa atividade dentro da reserva acontece a quebra de regras previamente estabelecidas, gerando conflitos internos quanto ao uso coletivo dessa área.

Os conflitos são decorrentes de dois principais motivos: o primeiro deles é a questão da manutenção e preservação dessas espécies animais dentro da reserva, por entenderem que são fundamentais para manutenção do equilíbrio do agroecossistema. E o segundo, se deve à utilização de materiais de alto risco, como o bodogue¹⁵, visto que por dentro da reserva, encontra-se a estrada pela qual os ribeirinhos se locomovem de um setor a outro da ilha, inclusive, trajeto de muitas crianças para chegarem até a escola.

7.6 SOB A ÁGUA E NA ÁGUA: ELEMENTO VITAL

Na ilha do Capim podemos perceber os significados que a água tem para os ribeirinhos, como alimento, como local de acesso aos alimentos, como caminho a ser percorrido para seguir o fluxo da vida, entre outros. Essa relação, demonstrada na ilha do Capim entre os ribeirinhos e a água, é a mesma descrita por Pojo, Elias e Vilhena (2014),

¹⁴ Área de floresta em terra firme localizada na região central da ilha, com aproximadamente 180 ha, onde encontram-se diversas espécies madeiras e não madeiras, animais de caça, tendo regimento próprio do qual descreve Azevedo (2018). A reserva foi oficialmente legitimada no ano de 2013 (DOU, 2014).

¹⁵ Instrumento de caça em que uma armadilha é colocada onde o animal transita. O sistema de disparo é composto por cano, cartucho e percussor.

onde “é evidente que os rios são territórios (lugares, espaços e tempos) habitados e em constante movimento demarcados pelos significantes e significados dados a eles por seus habitantes”.

Mesmo colocando os problemas pelos quais passam desde 2014, no levantamento realizado nesta pesquisa, 95% dos entrevistados disseram não ter pretensão de morar em outro local, a não ser a ilha. Isso nos demonstra que, mesmo em meio as dificuldades de reprodução dos grupos familiares, para a grande maioria, viver próximo ao rio é uma necessidade vital.

A água sob outra ótica, não menos importante, deveria ser garantida através do Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA) que foi incluído no artigo 6º da Constituição Federal (CF) através da Emenda Constitucional (EC) nº 64 de 2010 e nos diz que:

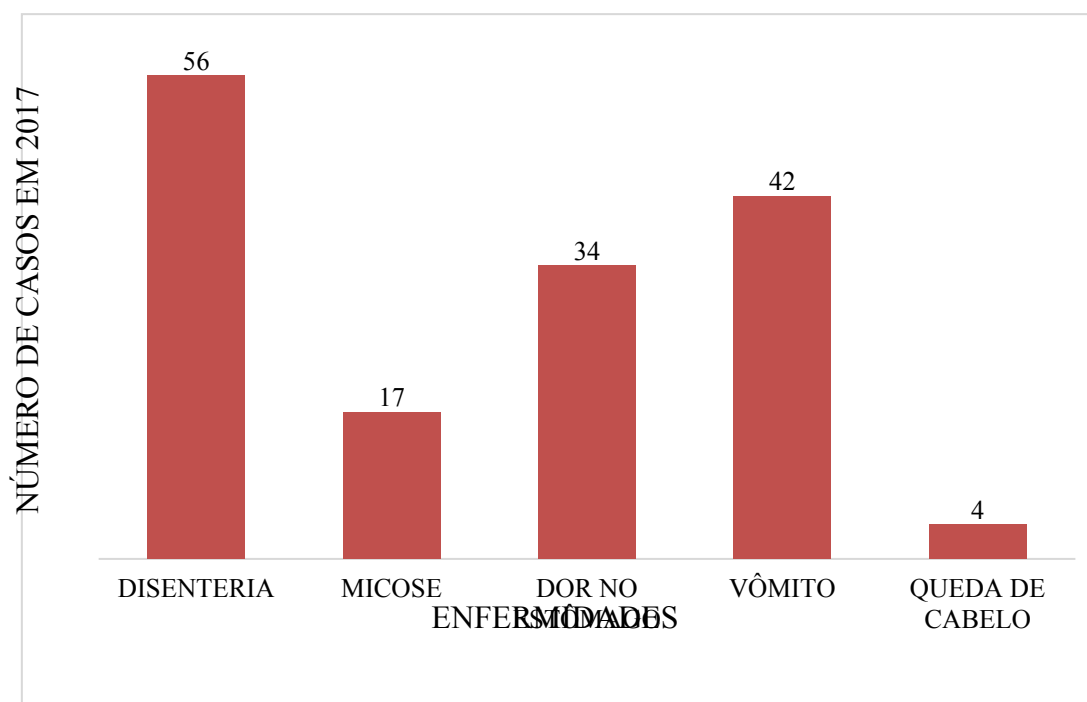
O direito humano à alimentação adequada consiste no acesso físico e econômico de todas as pessoas aos alimentos e aos recursos, como emprego ou terra, para garantir esse acesso de modo contínuo. **Esse direito inclui a água e as diversas formas de acesso à água na sua compreensão e realização.** Ao afirmar que a alimentação deve ser adequada entende-se que ela seja adequada ao contexto e às condições culturais, sociais, econômicas, climáticas e ecológicas de cada pessoa, etnia, cultura ou grupo social. (BRASIL, 2010, grifo nosso)

Aos ribeirinhos da ilha do Capim esse direito básico não está sendo garantido, pois as consequências da utilização do furo pelas embarcações, priva-os do acesso a água de qualidade, visto que as barcas são lavadas no furo despejando resíduos como óleo diesel e farelos de grãos. A falta de qualidade da água tem sido sentida pelos mesmos, como relatado a seguir:

Olha deixa eu te mostrar, é só tomar banho no rio a pele fica assim, eu mesma já tem é tempo não sei mais o que é tomar banho aí na frente, todo mundo se reclama dessa coceira, e do cabelo caindo, vou te mostrar a sacola de cabelo que eu tenho guardada de tanto que cai o meu. (Ribeirinha, nascida e morado da ilha do Capim, 37 anos)

O gráfico abaixo demonstra as enfermidades ocorridas no ano de 2017, das quais os entrevistados relacionam com a má qualidade da água, sendo que desde 2014 esses casos vêm apresentado maior gravidade e, muitas vezes não são solucionados na própria ilha, sendo necessário buscar auxílio médico na cidade, segundo a agente comunitária de saúde (ACS).

Gráfico 2: Ocorrências de enfermidades em ribeirinhos da ilha do Capim, relacionadas com a má qualidade da água, em 2017.



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Os entrevistados relacionam essas enfermidades à ingestão da água contaminada pela poluição causada pelas balsas, pois ao ficarem estacionadas no furo, essas embarcações são lavadas, despejando no rio resíduos de produtos químicos, óleo diesel e também farelos dos próprios grãos armazenados como soja e milho. Constatamos na pesquisa de campo que em 100% das unidades familiares houve relato de que pelo menos um dos membros apresentou alguma das enfermidades citadas acima.

7.7 AMEAÇA À AFIRMAÇÃO DO TERRITÓRIO

A medida que o furo do Capim vem sendo utilizado como trajeto hidroviário o território dos ribeirinhos vem sofrendo modificações, que tem afetado as suas atividades produtivas e a alimentação, o que implica em consequências substanciais em sua maneira de viver.

A partir da elaboração do croqui de uma unidade familiar (Figura 2) podemos perceber que o desaparecimento de alguns pescadores fez com que os ribeirinhos tenham necessidade de “pescar pra fora”¹⁶. Isso acarreta mudanças nas horas trabalhadas (pois o

¹⁶Denominação utilizada pelos pescadores da ilha do Capim para se referir à pesca no alto mar ou ainda em outras baías, que não a do Capim, como a do Marajó.

local é mais longe) e insegurança na prática da atividade pesqueira, pois ficam muito mais vulneráveis ao ataque de piratas¹⁷.

Figura2: Croqui de acesso aos alimentos elaborado por uma família de ribeirinhos na ilha do Capim, Abaetetuba-PA.



Legenda: Círculos vermelhos: pesqueiros que desapareceram/ Círculos azuis: casa da família ribeirinha

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Diante do exposto, os limites do território dos ribeirinhos da ilha do Capim estão sendo definidos pelas empresas transportadoras, que decidem quando e como devem navegar, sem se importar com as perturbações provocadas por elas.

O fato de precisarem hoje ir a outros furos ou baías à procura do alimento faz com que os ribeirinhos precisem avançar em outras águas, novos territórios, os quais são espaços sociais de outros sujeitos (ribeirinhos de outras ilhas). Percebemos então, que o

¹⁷Denominação dada aos meliantes que assaltam embarcações nos rios da Amazônia, para roubarem material de pesca, dinheiro, motor ou até a própria embarcação.

conceito de desterritorialização apresentado por Haesbaert (2012) se faz essencial para compreendermos e discutirmos, a seguir, esse fenômeno, ao passo que esse autor expressa:

[...] assim como a territorialização pode ser construída no movimento, um movimento sobre o qual exercemos nosso controle e/ou com o qual nos identificamos, a desterritorialização também pode ocorrer através da “imobilização”, pelo simples fato de que os “limites” de nosso território, mesmo quando mais claramente estabelecidos, podem não ter sido definidos por nós e, mais grave ainda, estar sob o controle ou o comando de outros (p. 236-237).

A vida na ilha não é mais a mesma, os hábitos culturais como ir visitar um parente em outra ilha, no fim do dia, vão sendo cada vez menos frequentes, pois surge o medo de na volta, acontecerem acidentes entre os barcos dos ribeirinhos e as balsas, visto que estas últimas não possuem a devida sinalização.

A desterritorialização neste sentido acontece como definida por Haesbaert (2012) *in situ*, onde não há deslocamento físico, pois, as famílias permanecem em seus lotes, porém as balsas das empresas transportadoras de grãos fazem com que as condições básicas de vida sejam a elas negadas.

7.8 CONCLUSÕES

Verificou-se que a utilização do furo do Capim como parte da hidrovia Tapajós-Amazonas provoca mudanças nas práticas produtivas e alimentares dos ribeirinhos, que são percebidas de forma negativa pelos mesmos.

A pesca fica prejudicada pelo desaparecimento de muitos pescadores, havendo assim a necessidade de realizar a atividade em outras baías, o que acarreta mudança nas horas investidas e também maior perigo pela vulnerabilidade ao ataque de piratas.

A diminuição da produção de açaí está relacionada, segundo comunidade local, com o aumento da poluição e também é um fator preocupante, visto que juntamente com os pescados, esse alimento constitui a base da alimentação das famílias, além de produto comercializado para obtenção de renda. Esse prejuízo quanto à autonomia na produção de alimentos e soberania alimentar tem implicações na própria identidade ribeirinha.

Mesmo sendo levadas a ter que exercer outras atividades produtivas, em face aos prejuízos sofridos na pesca e produção do açaí, muitas famílias possuem lote pequenos, menores que 1 ha, comprometendo assim seu poder de escolha quanto à mudança de

atividades produtivas, devido a limitação de área. Portanto, existe uma ameaça concreta à sobrevivência dessas famílias.

A territorialização do agronegócio na ilha do Capim é causadora ainda de conflitos internos relacionados a gestão dos recursos naturais, neste caso, envolvendo a reserva ecológica criada pelos ribeirinhos para manutenção da biodiversidade da ilha.

A capacidade que os ribeirinhos possuem de suprir suas necessidades alimentares se enfraquecem diante do avassalador avanço do agronegócio em terras e águas camponesas. Mas não só isso, o agronegócio ameaça o território e as estratégias coletivas de permanência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, U. P.; LUCENA, R. F. P.; CUNHA, L. V. F. C. C. (Org.). Métodos e técnicas na pesquisa etnobotânica. Recife: NUPEEA, 2010. 559p.

AZEVEDO, H. P. Transição agroecológica: reflexões a partir de agroecossistemas de camponeses agroextrativistas na Amazônia numa perspectiva política. 2018. 172 f.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém, 2018. Disponível em: <<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/10231>>. Acesso em: 14/04/2018.

BECKER, H. S. Observação social e estudos de casos sociais. Métodos de pesquisa em ciências sociais. São Paulo: Hucitec, 1994: 117 – 133.

BEZERRA, V. S., NERY, M. D. S., & LOBATO, M. (2001). O açaí como alimento e sua importância socioeconômica no Amapá. *Embrapa Amapá-Documents (INFOTECA-E)*.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988, 292 p. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Arco norte: o desafio logístico. Brasília: Câmara dos Deputados/Edições Câmara, 2016.

CARDOSO, A. C. D.; LIMA, J. J. F.; BASTOS, A. P. V.; GOMES, V. Planos Diretores no tucupi: a experiência de elaboração de planos diretores na região do Baixo Tocantins, Estado do Pará. In: CARDOSO, A. C. D.; CARVALHO, G. Planos Diretores Participativos: experiências amazônicas. Belém: EDUFPA, 2007a, p. 15-52.

CONCEIÇÃO, F. S. Da territorialização camponesa à territorialização do agronegócio: um estudo geográfico da questão agrária em Santarém e Belterra/PA. *Revista Presença Geográfica*, 2016, 2.2: 55-69.

CORREA, V. H. C; RAMOS, P. A precariedade do transporte rodoviário brasileiro para o escoamento da produção de soja do Centro-Oeste: situação e perspectivas. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 2010, 48.2: 447-472.

COSTA, G. S. Reprodução social do campesinato na região das ilhas em Cametá. In: *Ambiente complexo, propostas e perspectivas socioambientais*, Org: MOUTINHO, P. PINTO, R. P. São Paulo: Contexto, 2009, p. 21–34.

DA SILVA, C. A. F. (2010). Corporação e agronegócio da soja na Amazônia. *Acta Geográfica*, 2(3), 29-40.

DA SILVA, A. F. V., et al. Minifúndios e "inquilinato" no estuário amazônico: o caso do projeto agroextrativista Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, Ilha Quianduba, município de Abaetetuba, Pará. In: *Embrapa Amazônia Oriental-Artigo em anais de congresso (ALICE)*. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 8., 2010, São Luís. Agricultura familiar: crise alimentar e mudanças climáticas globais: anais. São Luís, MA: UEMA: Embrapa, 2010.

DE OLIVEIRA, A. U. (2015). A Amazônia e a nova geografia da produção da soja. *Terra Livre*, 1(26), 13-43.

DOMINGUES, M. S., & BERMAN, C. (2012). O arco de desflorestamento na Amazônia: da pecuária à soja. *Ambiente & sociedade*, 15(2), 1-22.

DOS SANTOS, E. P., & DA CRUZ, M. D. J. M. (2015). Territorialidades divergentes no processo de expansão da soja no baixo amazonas, pará. *Geosaberes: Revista de Estudos Geoeducacionais*, 6(3), 388-401.

FORUM FOR FOOD SOVEREIGNTY. Declaração de Nyéléni. Nyéléni, 2007.

GARCIA FILHO, D. P. Guia metodológico: diagnóstico de sistemas agrários. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, 1999.

HAESBAERT, R. C. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. – 7º ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 396p.

HOMMA, A. K. O. A Expansão da Soja na Amazônia: a Repetição do Modelo da Pecuária? In: A, E. B. A geopolítica da soja na Amazônia / editor técnico, Emeleocípio Botelho de Andrade – Belém: Embrapa Amazônia Oriental : Museu Paraense Emílio Goeldi, 2005. 335p.

MAFFRA, L. D. C. A. (2013). Combate à Insegurança Alimentar na Amazônia: a participação do PNUD. *Conjuntura Global*, 2(2).

MAGALHÃES, S. B, et al. Transformações sociais e territoriais no ambiente rural da Amazônia Oriental. *VI Encontro Nacional da ANPPAS*, 2012.

MORONE, R. **O uso de croquis cartográficos no Ensino Médio**. 2007.169f. Tese (Doutorado em Geografia Física). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

PASINI, I. L. P. (2014). **Conflito territorial e soberania alimentar**: um estudo de caso na comunidade quilombola Angelim I, no Sapê do Norte-ES.

POJO, E. C.; ELIAS, L. G. D.; VILHENA, M. N. As águas e os ribeirinhos–beirando sua cultura e margeando seus saberes. **Revista Margens Interdisciplinar**, v. 8, n. 11, p. 176-198, 2014.

RIBEIRO, A. A; SILVA, R. C; CORRÊA, S. S. Geografia da soja em Rondônia: monopolização do território, regionalização e conflitos territoriais. *CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária*, 2015, 10.20.

RODRIGUES, J. C. O Arco Norte e as políticas públicas portuárias para o Oeste do estado do Pará (Itaituba e Rurópolis): apresentação, debate e articulações. *Revista NERA*, ano 21, n. 42, p.202-228 , Dossiê, 2018.

RODRIGUES, F. et al. Análise de pequenos produtores com manejo de bacurizeiros (platoniansignismart.) na Amazônia Paraense: Uma abordagem sob a ótica de estratégias de reprodução social. *Caribeña de Ciencias Sociales*, 2019, marzo.

SANZ, F. S. G. Ribeirinhos expulsos por belo monte: negação e reconhecimento de direitos socioambientais. Orientador: Girolamo Domenico Treccani. 2018. 189 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Instituto de Ciências Jurídicas, Universidade Federal

do Pará, Belém, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/11069>. Acesso em: 21/03/2019.

SILVA, R. G. C; LIMA, L. A. P; CONCEIÇÃO, F. S. Territórios em disputas na Amazônia brasileira: ribeirinhos e camponeses frente as hidrelétricas e ao agronegócio. *Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia*, 2018, 36.

8. ARTIGO III–TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO NO ESTUÁRIO AMAZONICO E RESISTENCIA CAMPONESA: ESTUDO DE CASO NA ILHA DO CAPIM, ABAETETUBA/PA.

8.2RESUMO

Na região do Baixo Tocantins, especificamente no Município de Barcarena/PA o agronegócio vem se territorializando de forma a criar um centro hidroviário de distribuição de commodities para o mundo. Este trabalho tem como objetivo pautar quais são as ações do agronegócio na ilha do Capim e seus arredores e demonstrar quais as estratégias de luta dos ribeirinhos. Foram utilizados os seguintes métodos: entrevistas históricas, observação participante e oficina para análise de conflitos socioambientais. Verificou-se, que na percepção dos ribeirinhos, a principal estratégia utilizada pelo grupo do agronegócio é fundamentada na propagação do discurso de desenvolvimento. Outras

estratégias utilizadas foram a tentativa de compra de terra na ilha do Capim, o que é ilegal, e o não reconhecimento, por parte das empresas, dos ribeirinhos como sendo povos e comunidades tradicionais. O processo de resistência na ilha do Capim vem sendo construído mediante momentos de planejamentos, organização interna na associação do PAE, formação de rede com instituições parceiras e ações de luta. Consideramos que os ribeirinhos percebem as estratégias do agronegócio como um jogo de ações articuladas, com diversos sujeitos institucionais ou individuais, para efetivar a territorialização desse modelo econômico na região. Por sua vez os povos e comunidades tradicionais promovem iniciativas que afirmem o direito de permanência em seus territórios, mas não só isso, que esses territórios tenham capacidade de promover suas funções para quem nele se territorializa.

Palavras-chaves: Ilha do Capim. Territorialização. Agronegócio. Resistência.

8.3 INTRODUÇÃO

Na região do Baixo Tocantins, especificamente nos Municípios de Abaetetuba/PA e Barcarena/PA, o agronegócio vem se territorializando de forma a criar um centro hidroviário de distribuição de *commodities* para o mundo, através da exportação. Ao passo que essa territorialização acontece, há todo um processo de modificação da territorialização de outro grande grupo, que são os povos e comunidades tradicionais pertencentes a este mesmo território.

Neste trabalho seguiremos a perspectiva proposta por Conceição (2016) para utilização do conceito territorialização do agronegócio, entendida como o conjunto de novas dinâmicas territoriais implementadas no espaço agrário amazônico a partir a globalização da economia, através da espacialização de *commodities*, sendo um mecanismo de enfrentamento ao campesinato.

O corredor Arco Norte (do qual trataremos mais a frente) viabiliza novas rotas de escoamento das *commodities* como soja e milho que são produzidos na região centro-oeste. Através da hidrovia Tapajós-Amazonas essa produção é destinada ao porto de Vila do Conde (um dos portos que fazem parte deste corredor logístico), para serem transportados em navios graneleiros até o mercado europeu e chinês (RODRIGUES, 2018).

Em frente ao complexo portuário de Vila do Conde está situada a ilha do Capim (Abaetetuba/PA), lócus dessa pesquisa, que apesar de não ser o município sede das instalações portuárias, vivencia as consequências da implementação desse modelo econômico de perto. Rodrigues, Rodrigues e De Lima (2019, p. 378) afirmam que as

áreas que abrangem o corredor Norte passam a ser “uma zona de sacrifício social (espoliações), que em síntese seria: territórios a serem sacrificados, degradados e “palco” de violências e violações”.

Para fazer frente a este processo de apropriação do capital de terras e águas camponesas os ribeirinhos da ilha do Capimhá mais de 30 anos lutam para afirmar seu território e garantir suas territorialidades.

Não são poucos os trabalhos que retratam as formas de resistência de povos e comunidades tradicionais mediante o avanço do agronegócio e do sistema capitalista como um todo, no Brasil (FABRINI, 2012; WANDERLEY, 2014) e na Amazônia (BECKER 1988; ALMEIDA, 2010), neste trabalho nos juntamos a estes estudos, mas tendo um foco bem específico e bastante atual.

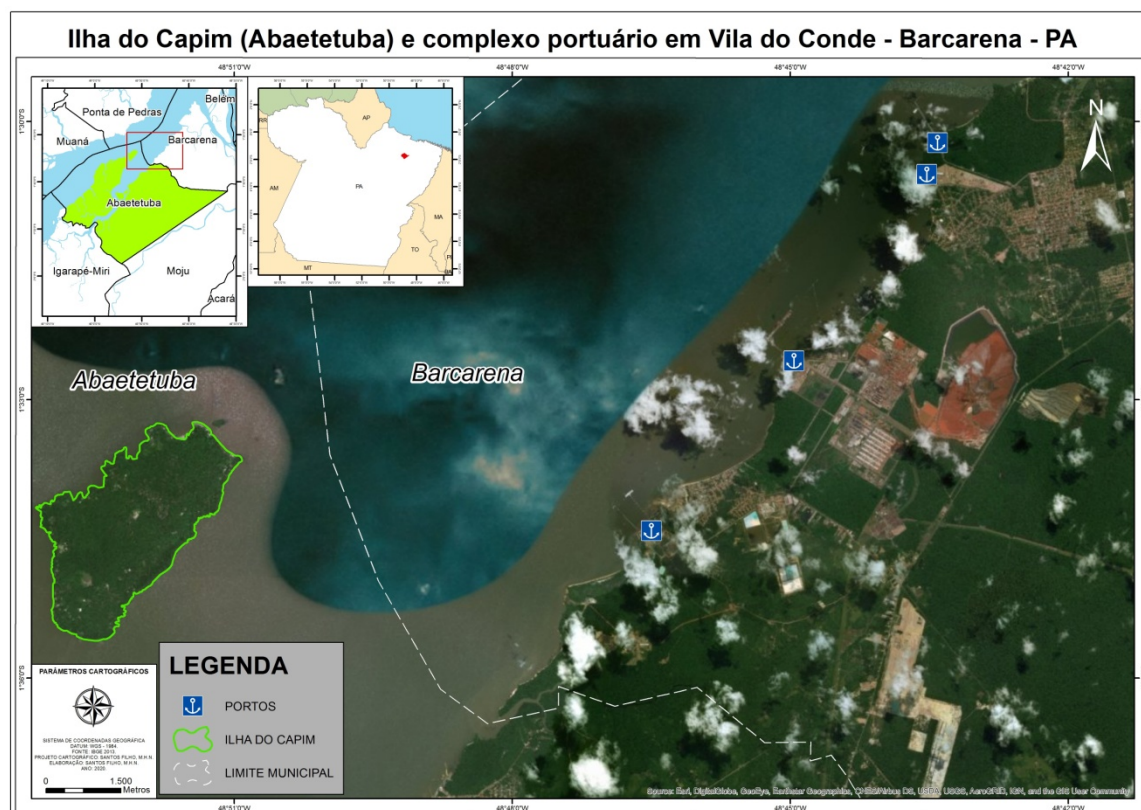
Aguiar (2017, p 12) nos coloca que é “sobretudo do ponto de vista como se materializam no espaço planetário que os megaprojetos produzem reordenações espaço-temporais e consequentes conflitos entre territorialidades”. Por isso este artigo objetiva pautar as ações do agronegócio na ilha do Capim e seus arredores e demonstrar quais as estratégias de luta dos ribeirinhos para garantir sua permanência na ilha e seus direitos.

8.4 METODOLOGIA

8.4.1 Área de estudo

A ilha do Capim (S01°34.971'W048°52.932') está situada no município de Abaetetuba (Figura 1), estado do Pará, localizado no território do Baixo Tocantins, a 62 km da capital Belém, vizinha ao complexo portuário instalado em Barcarena. Esse município é composto por 75 ilhas com áreas de várzea e terra firme e sua população se reproduz socialmente sob o modo de vida ribeirinho, marcado pela dependência da acessibilidade fluvial, da pesca, do extrativismo e da agricultura (CARDOSO *et al.*, 2007).

Figura 1: Mapa de Localização da ilha do Capim, Abaetetuba/Pará.



Fonte: Filho, M. H. N.(2020).

8.4.2 Coleta e tratamento de dados

A coleta de dados se deu através de um intenso processo de imersão em campo, no qual, de maio de 2017 a agosto de 2018, a primeira autora vivenciou a rotina das famílias e da comunidade ribeirinha, ao realizar a pesquisa de campo

Foram utilizados os seguintes métodos: entrevistas históricas, segundo preceitos de Garcia Filho (1999); observação participante, segundo considerações de Becker (1994) e oficina para análise de conflitos, baseada na metodologia de facilitação para gestão de conflitos socioambientais, proposta por Assad, Litre e Nascimento (2009).

As entrevistas históricas foram realizadas com informantes-chaves, para compreensão das ações de resistência dos ribeirinhos frente ao avanço do agronegócio em seus territórios (terra e água). Essas ações foram contextualizadas em forma de calendário histórico, como proposto por Verdejo (2006), pautadas em datas específicas, e comparadas com as ações realizadas pelas empresas que ali se instalaram, através de análise de dados secundários (MANN, 1975).

Foi necessário, nesta pesquisa, fazer uso dos princípios da observação participante para que entendêssemos a relação entre a territorialização do agronegócio e os

mecanismos de organização (individuais e coletivos) que foram construídos pelos ribeirinhos da ilha para resistir diante desse cenário.

A participação da primeira autora em eventos organizados pelas empresas e em ações de resistência organizadas pelos ribeirinhos permitiu-nos esclarecer ainda mais as estratégias de ambos os grupos para afirmação de suas territorialidades.

As oficinas organizadas no âmbito desta pesquisa foram realizadas em diferentes setores correspondentes às localidades reconhecidas pelos ribeirinhos, a saber: 1) “Costa da ilha”, 2) “Vila”, 3) “Marintuba”, 4) “Furo” e 5) “Caratateua”. Essa nomenclatura é utilizada pelos próprios ribeirinhos, para divisão de grupos de trabalho dentro das igrejas pelos agentes comunitários de saúde (ACS).

No momento da organização das oficinas foram entregues convites a cada uma das famílias explicando qual seria o propósito do encontro e a importância da participação dos mesmos. Ressaltamos que em cada oficina realizada nas localidades acima mencionadas, ao menos um integrante de cada unidade familiar compareceu, obtendo-se assim 100% de representatividade das famílias de cada setor.

A metodologia empregada foi fundamental para que os ribeirinhos construíssem suas análises sobre os sujeitos que fazem parte do conflito vivenciado, a definição de suas posições, seus interesses, estratégias e peculiaridades, e que tipo de relações são construídas entre esses diversos sujeitos.

8.5 TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO EM TERRAS E ÁGUAS RIBEIRINHAS

A territorialização do agronegócio em terras e águas camponesas na Amazônia brasileira não vem se estabelecendo de hoje, e sempre se deu a partir de estratégias envolvendo os grandes grupos empresariais e os entes federais, tirando os direitos de povos e comunidades tradicionais de viver em seus territórios e reproduzir seus modos de vida (COSTA SILVA, 2014, p. 299).

Desde 1970, empresas foram instaladas no município de Barcarena/PA para extrair e processar minério da região Amazônica, com aval do governo federal que sempre garantiu a plena execução de obras, licenciamentos e parcerias entre os grupos privados (NAHUM, 2011). Porém bem mais recente, desde 1985, vem se instalando nesse município o que já é o maior complexo portuário industrial do estado, o Porto de

Vila do Conde, ainda em plena expansão, que fica localizado em frente a ilha do Capim, local de estudo de nossa pesquisa (BARBOSA, FILHO E SOUZA, 2018).

Dentre as empresas já instaladas no município de Barcarena (PA) listamos grupos como Alumínio Brasileiro S.A (Albras), Alumina do Norte S.A. (Alunorte), Pará Pigmentos S.A. (PPSA), Imerys Rio Capim Caulim S.A. (IRCC), Bunge Brasil e NorskHydro ASA (Hydro), que são os maiores responsáveis pela movimentação do complexo portuário de Vila do Conde (COELHO, DE ABREU MONTEIRO, SANTOS, 2004).

O projeto Arco Norte é um plano estratégico que compreende portos e estações de transbordo para transporte de *commodities*, principalmente milho e soja, produzidas na região Centro-Oeste rumo à exportação. Tal corredor é composto pelos eixos Tapajós, Madeira e Leste, contando com complexos portuários instalados em Itacoatiara/AM, Santarém/PA, Barcarena/PA, Santana/AP e São Luiz/MA(MTPA, 2017, p. 53).

Segundo o projeto Arco norte: o desafio logístico: “Há uma clareza muito grande da parte dos planejadores de transportes, estudiosos do tema, operadores logísticos e do setor produtivo, que as alternativas de escoamento mais adequadas para a pujante produção do Centro-Oeste e Norte brasileiro são as que conduzem para os portos da região Norte” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016, p. 21).

A partir do início da implementação desse projeto em 2014, os grãos passaram a ser transportados de modo rodoviário (carretas bi-trens) até a Estação de Transbordo de Cargas (ETC) em Itaituba/PA, passando para as balsas que vão até o porto de Vila do Conde, seguindo então para exportação em navios graneleiros.

É no furo do Capim que as balsas com soja ficam estacionadas para esperar o momento de serem descarregadas no complexo portuário de Vila do Conde, por encontrar ali, local de menor movimentação das águas no Rio Pará, facilitando para os condutores o equilíbrio dessas embarcações.

Tal é a facilidade encontrada no furo do Capim para estacionamento das balsas cargueiras que está previsto a instalação de um Terminal Portuário de Uso Privado (TUP) as margens do furo. Esse TUP está sob responsabilidade do grupo Cargill Agrícola S.A. que prevê a “movimentação de aproximadamente 9 milhões de toneladas de cargas por ano, com a predominância de granéis sólidos de origem vegetal” (EIA, 2017, p. 3).

Esse empreendimento está sendo viabilizado negando o direito à Consulta Livre, Prévia e Informada, conforme descrito no artigo nº 12 da Convenção 169¹⁸ da

Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual os ribeirinhos se incluem pela legislação específica nacional, mediante o Decreto Federal 6.040/2007¹⁹ na categoria Povos e Comunidades Tradicionais.

A convenção 169 ao tratar dos direitos de propriedade e de posse sobre as terras que os povos interessados tradicionalmente ocupam, ressalta que “o termo “terras” deverá incluir o conceito de territórios, o que abrange a totalidade do habitat das regiões que os povos interessados ocupam ou utilizam de outra forma” (BRASIL, 2004).

Ainda assim, os grupos empresariais passam por cima dos territórios ribeirinhos, formando o que Da Silva (2010, p. 39) denomina como “territórios corporativos”, onde as organizações, movidas pela lógica do grande capital, se especializam organizadas em redes produtivas e políticas.

8.6A PERCEPÇÃO DOS RIBEIRINHOS SOBRE AS ESTRATÉGIAS DO AGRONEGÓCIO

Os ribeirinhos da ilha do Capim se organizam coletivamente através da Associação Extrativista Projeto Agroextrativista-PAE Santo Antônio II, para fazer frente aos grandes projetos. Dentro das temáticas tratadas nas reuniões, as ações de resistência tem sido pauta recorrente, onde cada vez mais os jovens ribeirinhos tomam frente deste planejamento.

Os jovens da ilha do Capim estão cada vez mais se escolarizando, entrando em cursos de graduação em instituições federais, e até mesmo em cursos de pós-graduação, fazendo com que novas ideias sejam discutidas entre eles e muitas parcerias sejam feitas.

Na percepção dos ribeirinhos da ilha do Capim as empresas que trabalham a favor do agronegócio se articulam com órgãos das esferas municipal, estadual e federal para implementar suas ações. Possuindo a mesma lógica produtivista, essa grande articulação, ganha força e avança rumo aos territórios dos povos e comunidades tradicionais do município de Abaetetuba.

¹⁸Convenção 169 sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Interdependentes da Organização Internacional do Trabalho, aprovada em 1989, com o intuito de substituir e superar a então vigente Convenção 107 de 1957, promulgada no Brasil através do Decreto nº 5.051, de 19 de Abril de 2004.

¹⁹ O art. 3º do Decreto 6.040/07 compreende por: I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição; II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária.

O quadro 1 é resultante da oficina realizada na ilha do Capim, onde os ribeirinhos classificaram os sujeitos envolvidos no conflito socioambiental, que formam a rede em prol do agronegócio.

Quadro 1: Resultado da metodologia empregada para classificação dos sujeitos envolvidos no conflito socioambiental na ilha do Capim, Abaetetuba/PA.

SUJEITO	SIMBOLOGIA
Empresa transportadora	  
Prefeitura Municipal de Abaetetuba	  
Prefeitura Municipal de Barcarena	  
Governo Federal e Estadual	  
Ministério Público Federal e Estadual	  

Legenda:

Influência direta:  Influência indireta: 
 Alta influência:  Média Influência:  Baixa influência: 
 Postura determinante:  Postura participativa:  Postura seguidora: 

Fonte: Pesquisa de campo (2018) adaptado de Assad, Litre e Nascimento (2009).

A empresa transportadora foi classificada como sujeito de influência direta no conflito por ser a responsável pelas balsas, e conta com a prefeitura municipal de

Barcarena e Abaetetuba, governo federal e estadual para licenciar suas atividades hidroviárias, os tornando assim, sujeitos de influência indireta.

Corroboramos com a análise feita por Heredia, Palmeira e Leite (2010) sobre a atuação do Estado diante do avanço do agronegócio, como sendo de fundamental importância não só para a origem, mas como expansão desse modelo econômico na Amazônia, seja por meio de políticas públicas locais ou por intermédio de políticas mais globais como as de infraestrutura.

A diferença entre os sujeitos de influência indireta citados acima, é a postura que cada qual possui diante do conflito. As prefeituras foram classificadas como sujeitos que possuem uma postura “seguidora”, e as representações do governo como sujeitos que mantêm uma postura participativa. Isso se justifica pelo fato de que as esferas do governo poderiam acionar mais facilmente mecanismos que inibissem as ações das empresas nos municípios, porém apesar de ter essa possibilidade não o fazem. Já as prefeituras “seguem” as permissões que são concedidas pelas esferas do governo estadual e federal para as empresas.

Os ministérios públicos federal e estadual foram caracterizados como sujeitos de alta influência indireta e que possuem postura determinante em relação ao conflito, porque podem realizar denúncias e audiências públicas para expor o ocorrido na região, e dar visibilidade às problemáticas pelas quais vem passando os ribeirinhos da ilha do Capim. Porém, foi ressaltado pelos ribeirinhos durante a oficina que, em 2015, o ministério público não aceitou denúncia feita pela associação da ilha, alegando inconsistência das argumentações apresentadas.

Na percepção dos ribeirinhos a principal estratégia utilizada pelo grupo do agronegócio para fundamentar as ações que a cada dia retiram seus direitos, é o discurso de desenvolvimento que é propagado. Esse discurso se embasa em estratégias de persuasão, como a provável oferta de empregos nas empresas que se instalam na região, a possibilidade de maiores investimentos em infraestrutura e serviços nos municípios (como saúde, educação e segurança), através dos impostos pagos pelas empresas e a maior circulação de capital, o que fomentaria o circuito de comercialização dos produtos regionais.

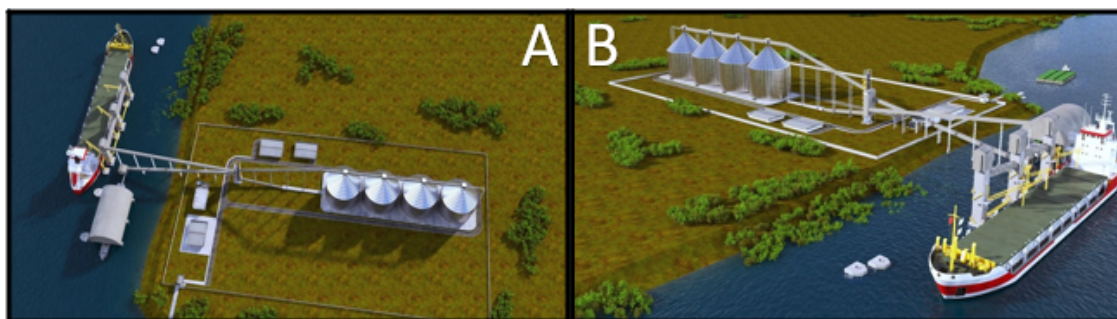
Nos apoiamos nas reflexões de Porto-Gonçalves (2004, p. 39) sobre como o desenvolvimento praticado pelas corporações do grande capital realmente se realiza na prática, para afirmar que, “des-envolver é tirar o envolvimento (a autonomia) que cada cultura e cada povo mantém com o seu espaço, com seu território; é subverter o modo

como cada povo mantém suas próprias relações de homens (e mulheres) entre si e destas com a natureza”. Para os ribeirinhos está bem clara a intencionalidade da propagação desse discurso por parte do grupo do agronegócio, do qual a narrativa a seguir se torna um exemplo:

... o nosso progresso é pescar, comer o nosso peixe, viver bem com nossa família, morar né, desfrutar da nossa região que nós nascemos e estamos vivendo. Pra eles o progresso é tecnologia, são fábricas, essas coisas que vem de encontro com o nosso né. E aí o deles, como é mais forte vem prejudicar o nosso. (BOLETIM CARTOGRAFIA DA CARTOGRAFIA SOCIAL, 2017).

Outra estratégia usada pelo grupo do agronegócio, destacada pelos ribeirinhos, foi a tentativa de compra de terra na ilha do Capim, no ano de 2014, para construção de um Terminal Flúvio Marítimo (TFM) em nome da empresa Odebrecht Transport. A empresa ainda chegou a contratar uma terceirizada (MPS Projetos Industriais LTDA) para fazer o escopo do projeto, e esse material encontra-se disponível na internet, representado pela figura 2.

Figura2: A) Imagem panorâmica do escopo do projeto do Terminal Flúvio Marítimo, projetado para ser implantado na ilha do Capim, Abaetetuba/PA e B) Imagem frontal do escopo do projeto do Terminal Flúvio Marítimo.



Fonte disponível em: <<http://www.mpsprojetos.com.br/br/portfolio/terminal-fluvio-maritimo/33/>>

No ano de 2015, a empresa Cargill Agrícola, conseguiu adquirir 400 hectares na ilha Urubuêua (que fica na outra margem do furo do Capim), e ali tem investido recursos para construção de um Terminal de Uso Privado (TUP), com capacidade para movimentação de seis milhões de toneladas de soja e milho por ano, e funcionamento previsto entre 2022 a 2025.

O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) desse TUP já foram protocolados pela Cargill na Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará (SEMAS/PA), e nestes devidos documentos a empresa

responsável pela elaboração (Ambientare Soluções em Meio Ambiente LTDA) relata que a área destinada ao empreendimento é de propriedade privada, porém este mesmo local é um Projeto Agroextrativista (PAE).

Ainda nesses mesmos documentos, os povos e comunidades tradicionais são restritamente definidos como indígenas e quilombolas (RIMA, p.37), não levando em consideração os ribeirinhos da ilha do Capim como pertencentes a essa categoria.

O não reconhecimento, por parte das empresas, dos ribeirinhos como integrantes da categoria de povos e comunidades tradicionais é outra estratégia utilizada para lhes retirar seus direitos de permanência em seus territórios. Aguiar (2017, p.77) nos aponta que, “a estes grupos busca-se negar a possibilidade de serem sujeitos políticos com soberania popular sobre os destinos dos territórios que constituem e constroem”.

8.7O PROCESSO DE RESISTENCIA DOS RIBEIRINHOS

A gente não faz resistência por resistência, mas sim pensando lá na frente. Não só por fazer, mas com inteligência, pois hoje muitos jovens estão dentro dos institutos e universidades. A gente não vive só na terra, a gente vive em mar. A dispensa não está dentro de casa, mas está no mar”. (Ribeirinho, nascido e morador da ilha do Capim, 54 anos)

O processo de resistência na ilha do Capim vem sendo construído mediante momentos de planejamentos, organização interna na associação do PAE, formação de rede com instituições parceiras e ações de luta. Não se constitui em um processo estático, pois a cada dia novas empresas chegam à região, reconfigurando o território, fazendo com a os ribeirinhos respondam a esse processo de acumulação por espoliação.

Os momentos de planejamentos são constituídos de reuniões em que se articulam e se definem as ações que serão realizadas e quais instituições poderão apoiá-los. Também são realizados encontros para diálogo sobre os conflitos vivenciados para entender qual posicionamento dos participantes e incentivá-los à reflexão.

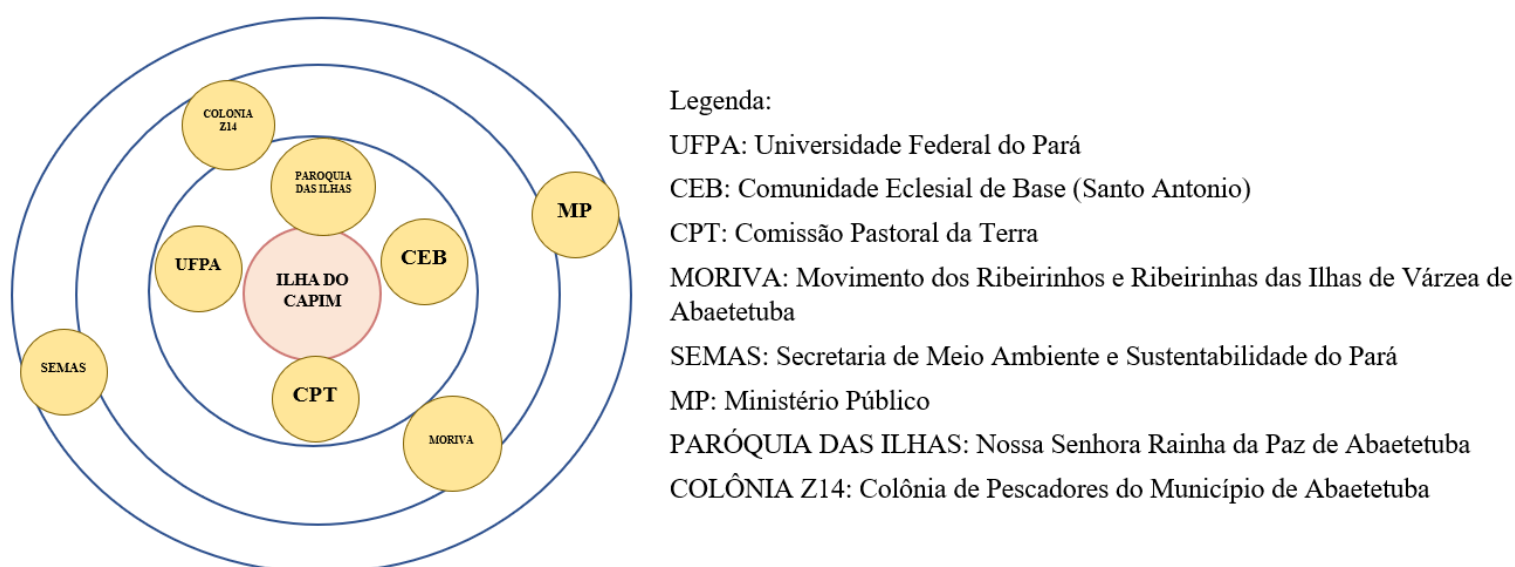
A organização interna dos ribeirinhos da ilha do Capim é um elemento chave no processo de resistência, pois fortalece os sujeitos como integrantes de uma mesma identidade territorial. Tentativas de compra de terra na ilha foram evitadas graças a essa organização, pois já haviam suspeitas de que essa tentativa iria se concretizar, então, os membros da diretoria da associação ficaram de sobreaviso para dar apoio as famílias que provavelmente seriam abordadas pela empresa.

Os ribeirinhos constituíram uma rede com instituições, o que se demonstrou fundamental para garantir apoio nos momentos de luta. No entanto, nem todas as

instituições possuem o mesmo nível de proximidade com os ribeirinhos, o que é demonstrado pelo diagrama de Venn na figura 3.

Tal como Maneschy, Maia e Da Conceição (2008, p. 104) analisaram, as associações que para além das atividades relacionadas a créditos, praticam uma forma de associação envolvendo confiança mútua e compromisso efetivo, e que ainda estão inseridas em uma rede de colaboradores, aparentam estar bem mais habilitadas para enfrentar novas exigências, que aqui podemos colocar como os conflitos socioambientais decorrentes do avanço dos grandes empreendimentos capitalistas.

Figura3: Diagrama de Venn das instituições parceiras dos ribeirinhos da ilha do Capim, Abaetetuba/PA, face aos conflitos advindos da implantação do Arco Norte.



Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Os três círculos definem a proximidade das instituições com os ribeirinhos, nos níveis próximo, mediano e distante, sendo observado que a CPT, UFPA, CEB e PARÓQUIA DAS ILHAS, são os que mais os acompanham nas ações de resistência.

Dentre as quatro instituições definidas como mais próximas, três (CPT, CEB e PARÓQUIA DAS ILHAS) são de base religiosas, advindas da igreja católica, e que acompanham as lutas engajadas pelos ribeirinhos há mais de 30 anos.

A CEB Santo Antônio encabeça a organização de reuniões e articulações entre os ribeirinhos, mediante a comissão diocesana de acompanhamento dos projetos de grandes empreendimentos, que tem sido fundamental para levantamento das ações que o grupo do

agronegócio vem realizando no município, e posterior organização para enfrentamento a essas ações.

Cruz (2011) em sua tese discorre que as comunidades eclesiais de base atuam desde os anos 1960, mas que sobretudo, a partir dos anos 1970, foram fundadas nas mais diversas comunidades da região de várzea e tem atuado “exercendo um papel decisivo não só do ponto de vista da organização social, mas também política para essas populações. A Igreja e os barracões comunitários são espaços privilegiados de encontro, trocas e sociabilidades (p. 274).

A UFPA tem tido participação especial na ilha do Capim, desde o ano de 2017, no acompanhamento de todo conflito vivenciado em decorrência da utilização do furo do Capim como parte da hidrovia Tapajós-Amazonas.

Dentre as instituições de mediana proximidade dos ribeirinhos destaca-se o MORIVA, que é uma entidade de cunho político e social que luta pela garantia dos direitos dos ribeirinhos do município de Abaetetuba. Mesmo estando presente em quase 100% das reuniões realizadas na ilha, essa instituição foi assim classificada pois falta ainda maior efetividade no apoio às decisões tomadas pelos ribeirinhos.

O Ministério Público foi classificado como instituição distante dos ribeirinhos, por acreditarem que muito mais poderia ser feito por esse órgão, como suspensão da licença para construção do TUP próximo a ilha.

Construímos uma linha do tempo para demonstrar quais ações representam a luta pela reafirmação no território e quem são os sujeitos e instituições que apoiam os ribeirinhos nessas estratégias.

Figura4: Linha do tempo do processo de resistência dos ribeirinhos da ilha do Capim, Abaetetuba/PA, face a implantação do Arco Norte.

	2014	2015	2016	2017	2018
ACÇÃO	➤ Tentativa de	➤ Acidente	➤ Pesquisa de	➤ Lançamento do	➤ Crime
					
APOIADO RIBEIRI	➤ MINISTÉRIO PÚBLICO	➤ MORIVA	➤ MORIVA ➤ MINISTÉRIO PÚBLICO	➤ ANTONIO ➤ MORIVA ➤ UFPA/PPGAA	➤ MORIVA ➤ PARÓQUIA DAS ILHAS ➤ UFPA/PPGAA

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Podemos observar que as ações do agronegócio são estrategicamente articuladas para que o TUP seja instalado, viabilizando assim o maior transporte de commodities pela hidrovía Tapajós-Amazonas, sem preocupação com as consequências que os ribeirinhos vêm arcando.

Outras ações referidas na figura acima são decorrentes do mal gerenciamento das atividades do porto de Vila do Conde, que além de causarem grande dano ambiental à região em que está instalado, provoca danos sociais irreparáveis aos ribeirinhos.

As ações dos ribeirinhos por sua vez vêm se desenvolvendo no sentido de evitar a instalação do TUP, pois em suas análises essa instalação vem de encontro ao direito de permanência em seus territórios.

Uma das ações que os ribeirinhos tem organizado são reuniões para elaboração do protocolo de consulta que é hoje um instrumento utilizado pelos povos e comunidades tradicionais, amparados pelo Decreto Federal nº 2.040/2007 pela Convenção 169 da OIT(MOREIRA, 2017. p. 54).

Outra ação muito importante para o movimento de resistência foi o Grito das Águas realizado em março de 2018 onde ribeirinhos de 14 ilhas se reuniram para o ato contra a instalação do TUP e reivindicação de seus direitos, a imagem abaixo retrata esse momento.

Figura5: A) Grito das águas acontecendo e a balsa da soja passando no exato momento e B) Participantes com cartazes.

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

8.8 CONCLUSÕES

Verificou-se que os ribeirinhos percebem as estratégias do agronegócio como um jogo de ações articuladas com diversos sujeitos institucionais ou individuais, para efetivar a territorialização desse modelo econômico na região.

Dentre essas estratégias das empresas atuantes no Arco Norte destacam-se: 1) O discurso de desenvolvimento que é propagado, que vai de encontro ao ideal de bem viver que a comunidade local preza para manutenção e reprodução de seu modo de vida; 2) Tentativa de apropriação fundiária, através de compra de área na ilha do Capim, da qual os ribeirinhos conseguiram escapar graças a organização interna da associação local; 3) O não reconhecimento, por parte das empresas, dos ribeirinhos como integrantes da categoria de povos e comunidades tradicionais em documento publicado para efetivação da obra do TUP.

A formação, pelo agronegócio, de uma rede de apoio, envolvendo diversas esferas e instituições governamentais, proporcionam ações bem mais organizadas, gerando maior visibilidade e conseqüentemente maior poder de convencimento entre os munícipes, que acabam acreditando que a instalação de empresas desse setor na região vai resultar em melhoria da qualidade de vida da população.

Para mostrar que esse desenvolvimento pregado pelo agronegócio não é real em suas funções econômicas, sociais, culturais e ambientais, os ribeirinhos vêm construindo um processo de resistência, mediante momentos de planejamentos, organização interna na associação do PAE, formação de rede com instituições parcerias e ações de luta.

As iniciativas de resistência dos ribeirinhos são voltadas para afirmar seus direitos e o respeito quanto sua condição de comunidade tradicional, lutando assim para permanência em seus territórios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, D. A geopolítica de infraestrutura da China na América do Sul: um estudo a partir do caso do Tapajós na Amazônia brasileira. *Rio de Janeiro: Actionaid/FASE*, 2017.

ALMEIDA, R. Amazônia, Pará e o mundo das águas do Baixo Tocantins. *estudos avançados*, 2010, 24.68: 291-298.

ASSAD, L. T.; LITRE, G., & DO NASCIMENTO. **A vida por um feixe de lenha: experimento metodológico de gestão de conflitos socioambientais** – Brasília, DF : Editora IABS – Instituto Ambiental Brasil Sustentável em coedição com Editorial Abaré, 2009.

BARBOSA, F. G. P.; FILHO, H. R. F. & SOUZA, F. M. (2018): “Porto de Vila do Conde/PA: Um panorama dos seus principais modais de acesso”, *Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales*. (enero-marzo 2018). Disponível online em: <http://www.eumed.net/rev/cccss/2018/01/porto-vila-conde.htm>. Acesso em: 05/09/2018

BECKER, B. K. Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia Brasileira. *Fronteiras. Brasília/Paris: Editora Universidade de Brasília/ORSTOM*, 1988, 60-90.

BECKER, H. S. Observação social e estudos de casos sociais. Métodos de pesquisa em ciências sociais. São Paulo: Hucitec, 1994: 117 – 133.

Boletim Cartografia da Cartografia Social: uma síntese das experiências - Ribeirinhos da Ilha do Capim: frente aos grandes empreendimentos do Baixo Tocantins – N. 8. Coordenação geral, Alfredo Wagner Berno de Almeida, Rosa Elizabeth Acevedo Marin, Cynthia de Carvalho Martins. – Manaus: UEA Edições, 2017.

BRASIL. Decreto presidencial nº 5.051 que promulga a convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais, de 1989, 2004. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm. Acesso em: 07/05/2017

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Arco norte: o desafio logístico. Brasília: Câmara dos Deputados/Edições Câmara, 2016.

CARDOSO, A. C. D.; LIMA, J. J. F.; BASTOS, A. P. V.; GOMES, V. Planos Diretores no tucupi: a experiência de elaboração de planos diretores na região do Baixo Tocantins, Estado do Pará. In: CARDOSO, A. C. D.; CARVALHO, G. Planos Diretores Participativos: experiências amazônicas. Belém: EDUFPA, 2007a, p. 15-52.

CARGILL/AMBIENTARE. EIA – Estudo de Impacto Ambiental do Terminal de Uso Privado Abaetetuba. Soluções Ambientais em Meio Ambiente. 2007, 58 p.

COELHO, M. C; DE ABREU MONTEIRO, M; SANTOS, I. C. Políticas públicas, corredores de exportação, modernização portuária, industrialização e impactos territoriais e ambientais no município de Barcarena, Pará. *Novos Cadernos NAEA*, 2004, 11.1.

COSTA SILVA, R. G. A regionalização do agronegócio da soja em Rondônia. *GEOUSP – Espaço e Tempo* (Online), São Paulo, v. 18, n. 2, p. 298-312, 2014.

CONCEIÇÃO, F. S. Da territorialização camponesa à territorialização do agronegócio: um estudo geográfico da questão agrária em Santarém e Belterra/PA. *Revista Presença Geográfica*, 2016, 2.2: 55-69.

CRUZ, V. C. Lutas Sociais, Reconfigurações Identitárias e Estratégias de Reapropriação Social do Território na Amazônia. 2011. 368 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Geociências, Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Niterói, 2011.

FABRINI, J. E. A resistência camponesa para além dos movimentos sociais. *Revista Nera*, 2012, 11: 8-32.

GARCIA FILHO, D. P. Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários. Guia Metodológico. Brasília: Projeto de cooperação Técnica INCRA/FAO, 1999.

HEREDIA, B; PALMEIRA, M; LEITE, S. P. Sociedade e Economia do “Agronegócio” no Brasil. RBCS, v. 25, n. 74, p. 159-196, out. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsorc/v25n74/a10v2574.pdf>. Acesso em: 21/09/2018.

MANESCHY, M. C; MAIA, M. L. S; DA CONCEIÇÃO, M. F. C. Associações rurais e associativismo no nordeste amazônico: uma relação nem sempre correspondida. *Novos Cadernos NAEA*, 2008, 11.1.

MANN, P. H. Etapas da investigação sociológica. In: MANN, P. H. **Investigação sociológica**. 2. Ed. Tradução: Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1975. p.40-61.

Maquete do Terminal fluvio marítimo na Ilha do Capim. Fonte: MPS PROJETOS INDUSTRIAIS LTDA. Acesso em: 28/12/2018.

MOREIRA, E. C. P. Justiça Socioambiental e Direitos Humanos: Uma análise a partir dos direitos Territoriais de povos e comunidades tradicionais. 1 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017, 272 p.

MTPA – Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil. **Corredores Logísticos Estratégicos/ Volume I – Complexo de soja e milho**. Brasília: MTPA, 2017. Disponível em: <http://www.cnabrazil.org.br/pesquisas/corredores-logisticos-estrategicos-volume-i-complexo-de-soja-e-milho>. Acesso em: 24/02/2018.

PORTO-GONCALVES, Carlos Walter. O desafio ambiental. Rio de Janeiro: Record, 2004.

NAHUM, J. S. Usos do território e poder do atraso em Barcarena (Pará). *Cuadernos de Geografia-Revista Colombiana de Geografia*, 2011, 20.1: 47-54.

RODRIGUES, J. C. O Arco Norte e as políticas públicas portuárias para o Oeste do estado do Pará (Itaituba e Rurópolis): apresentação, debate e articulações. *Revista NERA*, ano 21, n. 42, p.202-228 , Dossiê, 2018.

RODRIGUES, J. C; RODRIGUES, J. C; DE LIMA, R. A. P. Portos do agronegócio e produção territorial da cidade de Itaituba, na Amazônia Paraense. *Geosul*, 2019, 34.71: 356-381.

VERDEJO, M. E. (2006). **Diagnóstico Rural Participativo**: guia prático DRP. 61p. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília, DF, Brasil. Disponível on-line em <http://www.bs.cca.ufsc.br/publicacoes/diagnosticoruralparticipativo.pdf>. Acesso em: 12/08/2017.

WANDERLEY, M. N. B. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. *Revista de economia e sociologia rural*, 2014, 52: 25-44.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O agronegócio na Amazônia brasileira se territorializacausando danos irreversíveis aos povos e comunidades tradicionais que se encontram em seus caminhos. Na ilha do Capim os conflitos socioambientais decorrentes da utilização do furo do Capim como parte da hidrovia Tapajós-Amazonas incluem desde poluição das águas, aumento da violência devido a maior circulação de pessoas na ilha, aumento do risco de acidentes na baía do Capim entre os ribeirinhos e as balsas cargueiras, tentativa de compra de terra na ilha por parte dos grupos empresariais para instalação de terminal portuário.

A percepção dos ribeirinhos sobre os conflitos vivenciados se especializa de forma diferenciada entre este grupo, sendo essa diferenciação decorrente do histórico e objetivo do grupo familiar, tamanho dos lotes e nível de participação nas ações organizadas pela associação dos ribeirinhos. As diferentes territorialidades desse mesmo

grupo se refletem nessas mais diversas formas de perceber o conflito, mas isso não desqualifica o processo de resistência que há mais de 30 anos tem sido realizado para reivindicação do seu território e garantia de tantos outros direitos.

A capacidade que os ribeirinhos possuem de suprir suas necessidades alimentares se enfraquecem diante do avanço do agronegócio em terras e águas camponesas, prejudicando dessa forma sua soberania alimentar. A diminuição da produção de açaí e o desaparecimento dos pesqueiros faz que com ocorra mudanças nas práticas produtivas e alimentares, e as escolhas das famílias não fazem parte de um processo natural de decisão, mas sim, do processo acumulativo de espoliação por parte dos grandes empreendimentos.

A territorialização do agronegócio na ilha do Capim é causadora ainda de conflitos internos relacionados a gestão dos recursos naturais, neste caso, envolvendo a reserva ecológica criada pelos ribeirinhos para manutenção da biodiversidade da ilha. Isso acontece por que os ribeirinhos possuem forma própria de relação com a natureza,

Verificou-se que os ribeirinhos percebem as estratégias do agronegócio como um jogo de ações articuladas com diversos sujeitos institucionais ou individuais, para efetivar a territorialização desse modelo econômico na região.

Deste modo, foram constatadas dentre as estratégias das empresas atuantes no Arco Norte: 1) O discurso de desenvolvimento que é propagado, que vai de encontro ao ideal de bem viver que a comunidade local preza para manutenção e reprodução de seu modo de vida; 2) Tentativa de apropriação fundiária, através de compra de área na ilha do Capim, da qual os ribeirinhos conseguiram escapar graças a organização interna da associação local; 3) O não reconhecimento, por parte das empresas, dos ribeirinhos como integrantes da categoria de povos e comunidades tradicionais em documento publicado para efetivação da obra do TUP.

A formação, pelo agronegócio, de uma rede de apoio, envolvendo diversas esferas e instituições governamentais, proporcionam ações bem mais organizadas, gerando maior visibilidade e conseqüentemente maior poder de convencimento entre os munícipes, que acabam acreditando que a instalação de empresas desse setor na região vai resultar em melhoria da qualidade de vida da população.

Para mostrar que esse desenvolvimento pregado pelo agronegócio não é real em suas funções econômicas, sociais, culturais e ambientais, os ribeirinhos vêm construindo um processo de resistência, mediante momentos de planejamentos, organização interna na associação do PAE, formação de rede com instituições parcerias e ações de luta.

As iniciativas de resistência dos ribeirinhos são voltadas para afirmar seus direitos e o respeito quanto sua condição de comunidade tradicional, lutando assim para permanência em seus territórios.

APÊNDICE A

ROTEIRO ENTREVISTA HISTÓRICA

OBJETIVO: Levantar os acontecimentos gerais da comunidade e entender a relação dos eventos internos com a chegada das empresas do grande capital na região.

I. Informações Gerais

- a)** Data:
- b)** Entrevistado:
- c)** Local:
- d)** Horário de início:
- e)** Horário de Término:

II. Contexto passado da comunidade

- a) Origem da comunidade:** Como a comunidade foi formada? Qual a origem do nome? Qual o ano de criação da associação? Quantas escolas e a série delas? Quantas

igrejas e de quais religiões? Quais os festejos tradicionais? Quais as formas de acesso a saúde? Quantas famílias existiam na formação da comunidade?

b) Evolução das atividades produtivas na comunidade ao longo do tempo:Qual era a principal produção local? Trabalhavam com produtos florestais?Trabalhavam de forma individual ou coletiva? Como realizavam a comercialização?

c) Principais fatos que marcaram a história: Como a comunidade reagiu a implantação do complexo metalúrgico ALBRAS/ALUNORTE? Quais as transformações na comunidade após a utilização da Hidrovia Tapajós-Amazonas? As empresas chegaram a ter contato com a comunidade para explicar seus projetos?

III. Contexto atual da comunidade

a) Principais problemas enfrentados diante da utilização da Hidrovia Tapajós-Amazonas: Como pode se descrever a situação atual da comunidade? Como começou a mudar tudo aqui? Detalhamento dos problemas enfrentados. Em quantos setores/áreas estão divididas a ilha?

b) Instituições que tem envolvimento:Quais são as principais instituições públicas e organizações comque a comunidade conta (cooperativas, associações, órgãos do governo)? A comunidade tem tipo apoio do Município para garantia de seus direitos? Os jovens tem se envolvido na discussão sobre essas problemáticas?

APÊNDICE B

QUESTIONÁRIO

SETOR:

NOME	PARENTESCO	IDADE	ESCOLARIDADE	ESTUDA

É sócio da associação? Ou algum membro da família.

Sim ()

Não ()

Participa com que frequência das reuniões da associação?

Raramente ()

De vez em quando ()

Frequentemente ()

É sócio da colônia? Ou algum membro da família.

Sim ()

Não ()

Para você e sua família o tráfego das barcas de grãos no furo do Capim trazem algum prejuízo?

Sim ()

Não ()

Você acha que houve alguma mudança, após a chegada das barcas?

Sim ()

Não ()

Quais:

Futuramente você pretende continuar morando na ilha?

Sim ()

Não ()

E seus filhos?

Sim ()

Não ()

Como você vê o futuro da ilha nos próximos anos?

Péssimo ()

Ruim ()

Bom ()

Ótimo ()

Porque?

Trabalha com Açaí:

Sim _____

Não _____

Tamanho da área total de várzea

--

Área com açaí % _____

Forma de plantio de açaí:

Consórcio () Quais principais espécies: _____ Monocultivo ()

Quantidade total produzida no ano de 2017: _____ Latas.

Açaí	Produção/latas	Meses	%	Consumo latas/dia	vendeu latas	Preço p/ latas
Inverno		Jan				
		Fev				
		Mar				
		Abr				
		Mai				
		Jun				
		Jul				
Verão		Agosto				
		Set				
		Out				
		Nov				
		Dez				

Faz manejo no açaí:

Sim () Não ()

Que quantidade de Açaí você vendeu em cada canal de comercialização:

No mercado da cidade /Abaetetuba ou Belém (%):

Para o marreteiro (%): _____

obs: avaliar a dependência? Por que?

--

Atividades agroextrativistas desenvolvidas no lote:

Plantio (cultivo) Variedade: mensal, 2017

Limão: quantidade cons. kg _____ vendeu kg _____ preço kg _____ estoque ____
 Cacau: quantidade cons. kg _____ vendeu kg _____ preço kg _____ estoque ____
 Capuaçu: quantidade cons. kg _____ vendeu kg _____ preço kg _____ estoque ____
 Banana: quantidade cons. kg _____ vendeu kg _____ preço kg _____ estoque ____
 Manga: quantidade cons. kg _____ vendeu kg _____ preço kg _____ estoque ____
 Outros: quantidade cons. kg _____ vendeu kg _____ preço kg _____ estoque ____

Criação: mensal, 2017

Galinha: quantidade cons. kg _____ vendeu kg _____ preço kg _____
 Peru: quantidade cons. kg _____ vendeu kg _____ preço kg _____
 Pato: quantidade cons. kg _____ vendeu kg _____ preço kg _____
 Suíno: quantidade cons. kg _____ vendeu kg _____ preço kg _____
 Ovos: quantidade cons. kg _____ vendeu kg _____ preço kg _____
 Outros: quantidade cons. kg _____ vendeu kg _____ preço kg _____

Extrativismo vegetal: mensal, 2017

Miriti: quantidade cons. kg _____ vendeu kg _____ preço kg _____
 Bacaba: quantidade cons. kg _____ vendeu kg _____ preço kg _____
 Outros: quantidade cons. kg _____ vendeu kg _____ preço kg _____

Há intenção de produzir outras espécies que não produz hoje?

Quais?

Extrativismo animal (pesca artesanal): mensal, 2017

Filhote: quantidade cons. kg _____ vendeu kg _____ preço kg _____
 Dourado: quantidade cons. kg _____ vendeu kg _____ preço kg _____
 Mapará: quantidade cons. kg _____ vendeu kg _____ preço kg _____
 Pescada: quantidade cons. kg _____ vendeu kg _____ preço kg _____
 Sarda: quantidade cons. kg _____ vendeu kg _____ preço kg _____
 Tainha: quantidade cons. kg _____ vendeu kg _____ preço kg _____
 Camarão: quantidade cons. kg _____ vendeu kg _____ preço kg _____
 Outros: quantidade cons. kg _____ vendeu kg _____ preço kg _____

Extrativismo animal (caça): mensal, 2017

Tatu: quantidade consumida: _____ quantidade vendida: _____
 Paca: quantidade consumida: _____ quantidade vendida: _____
 Cutia: quantidade consumida: _____ quantidade vendida: _____
 Mucura: quantidade consumida: _____ quantidade vendida: _____
 Outros: quantidade consumida: _____ quantidade vendida: _____

Extrativismo mineram: mensal 2017

Areia _____

Pedra _____

Possui outra fonte de renda? desenvolve outras atividades?

Já recebeu algum tipo de financiamento:

Sim() Qual ? _____

Não()

Porque? _____

Atividades externas: 2017

1. Peconheiro: quantas latas apanha anual 2017 _____ Média de preço: _____
2. Frete de rabeta 2017 (R\$): _____ quantas viagens fez _____
3. Vendedor de gelo 2017 (R\$): _____ quantas viagens fez _____
4. Serviço público (R\$): sim () não () qual? _____
5. Freteiro: quantas viagens por mês: _____ Média/pessoas: _____
6. Vendedor de óleo: (Quant.) _____
7. Mergulhador: quantas atividades: _____ média que cobra _____
8. Empregada doméstica: meses _____ média _____
9. Mecânico: quantas diárias _____ valor _____
10. Carpinteiro: quantas diárias _____ valor _____
11. Roçador: quantas diárias: _____ valor _____
12. Carvão: quantas sacas _____ valor da saca _____
13. Comerciante – renda: _____

Você tem problemas (falta de marreteiro) para comercializar sua produção de açaí em qualquer momento da safra?

Sim () Não ()

Por quê?

Você conhece o preço que os empresários pagam para os marreteiros (atravessadores)?

Quanto você acha que ele ganha?

Sim () Não ()

Modalidades de venda:

1. Adiantado: sim () não ()
2. Na árvore: sim () não () quantas vezes na safra _____
3. Apanhado pela família: sim () não ()
4. Quem apanha? _____
5. Contrata peconheiro? sim () não ()

Você vende ou já vendeu alguma vez seu açaí adiantado (“na árvore”) da safra?

Sim () Não ()

Por quê? Quantas vezes?

Possui transporte próprio?

Sim _____

Não _____

Você conhece alguma “manobra” dos marreteiros (atravessadores) para ganhar mais dinheiro (tipo: juntar vários marreteiros para tabelar os preços, etc.)?

Sim () Não ()

Quais?

Possui algum diálogo ou negócios com os processadores? (fábrica)

Sim _____

Não _____

Qual a dificuldade encontrada para vender por um preço melhor?

Embarcação _____

Distancia da cidade _____

Diálogo com a fábrica _____

Mobilização dos camponeses _____

Outros _____

Existe iniciativa local?

Sim () Não ()

Você já tentou organizar a comercialização?

Não _____

Sim _____ como? Desafios?

Que desafios/problemas você vê se tentássemos fazer uma ação para melhorar a comercialização do açaí?

Você acha que existe alguma alternativa para melhorar a comercialização do açaí na comunidade? (preço justo)

Não _____

Sim _____ qual? _____

Se aqui na ilha tivesse uma forma de comercialização organizada pela associação, que melhorasse os preços, você iria participar?

Sim () Não ()

Porque?

APÊNDICE C

TERMO DE COMPROMISSO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu _____, RGnº _____, depois de conhecer e entender os objetivos e procedimentos metodológicos da pesquisa acredito ter sido suficientemente esclarecido (a) a respeito das informações que me foram passadas, ficando claros os propósitos e as condições de realização do estudo, da pesquisa universitária. Bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem, propriedade rural e/ou depoimento, AUTORIZO, através do presente termo voluntariamente minha participação e a realizar as fotos e vídeos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento. Ao mesmo tempo, libero e autorizo a utilização

destas fotos,vídeos e/ou depoimentos para fins de trabalhos científicos e de estudos (teses,dissertações, livros, capítulos de livros, artigos científicos, relatórios,diagnósticos, slides, etc.), em favor dos pesquisadores desta pesquisa,obedecendo ao que está previsto na Lei que resguarda os direitos do acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre repartição de benefícios para a conservação e uso sustentável da biodiversidade, Lei N.º 13.123 de maio de 2015.

_____-PA, ____ de _____ de _____

Entrevistado/Participante da pesquisa

Jaqueline Raquel Cardoso Mesquita
Discente responsável pela pesquisa
Mestranda em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável-MAFDS
Universidade Federal do Para – UFPA - Belém

Dra. Lívia de Freitas Navegantes Alves
Orientadora da pesquisa
Professora da Universidade Federal do Para – UFPA - Belém

